



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 370

Quinta-feira - 19 de novembro de 2009

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Biguaçu .....	1
Braço do Trombudo .....	1
Canoinhas .....	1
Chapadão do Lageado .....	2
Erval Velho .....	2
Gaspar .....	2
Herval D' Oeste .....	2
Imbituba .....	3
Irineópolis .....	7
José Boiteux .....	11
Luzerna .....	16
Massaranduba .....	19
Meleiro .....	25
Paulo Lopes .....	25
Pinheiro Preto .....	31
Porto União .....	32
Rio do Sul .....	33
São Lourenço do Oeste .....	47
São Pedro de Alcântara .....	48
Schroeder .....	49
Videira .....	52

### Associações

FECAM .....	54
AMOSOC .....	54

### Consórcios

CIGA .....	55
CITMAR .....	55

## Biguaçu

### Prefeitura Municipal

#### Aviso de Licitação Pregão Presencial 12 Funrebom

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PP 012/2009-FUNREBOM

OBJETO: Aquisição de veículo zero quilômetro para uso da 3ª Companhia de Bombeiro Militar. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 02/12/2009 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 17 de Novembro de 2009.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

## Braço do Trombudo

### Prefeitura Municipal

#### Edital Tomada de Preço 64/2009

EDITAL DE LIC. MODALIDADE TOMADA DE PREÇO 64/2009

O Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 14:30 horas do dia 07.12.2009, estará selecionando a melhor proposta para reforma da Casa da Cultura com área de 220,00 m². Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 18 de novembro de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

## Canoinhas

### Prefeitura Municipal

#### Edital de Carta Convite N° FMAS 30/2009

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO N.º FMAS 40/2009

CARTA CONVITE N.º FMAS 30/2009

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, realizará no dia 26/11/2009, às 14:15 horas, abertura das propostas para aquisição de materiais para confecção de trabalhos manuais destinados ao PAVI. Os interessados deverão solicitar o edital pelo e-mail informado abaixo, fornecendo todos os dados da empresa, tais como Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e pessoa para contato. licitacao@pmc.sc.gov.br.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito/Presidente do Fundo

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Lucas Rossi - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

## Chapadão do Lageado

### Prefeitura Municipal

**Portaria N° 0393/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 0393/2009

"CONSTITUI COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA ADMISSÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO SOB REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 70, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Municipal n° 0085 de 30.06.1999,

RESOLVE:

Artigo 1° - Constituir Comissão para realização do Processo Seletivo para admissão de pessoal em caráter temporário sob regime administrativo especial, aos quais compete elaborar todos os procedimentos administrativos pertinentes, bem como, executar o processo seletivo.

Artigo 2° - Para compor a Comissão de que trata o "caput" do Artigo 1°, ficam nomeados os seguintes membros:

I - DALVA PASSIG DA SILVA

II - VILMA ROSA CORREIA DE OLIVEIRA

III - MARIO DA SILVA

Artigo 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de novembro de 2009.

ARLINDO STEIN

Prefeito Municipal em Exercício

## Erval Velho

### Prefeitura Municipal

**Portaria 2243/2009**

PORTARIA 2243, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009.

NOMEIA MEMBRO SUBSTITUTO PARA INTEGRAR COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS DA CESTA BÁSICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a ausência da Senhora Ivone Kerschbaumer Denti, nomeada pela Portaria n. 2242, de 11 de novembro de 2009;  
Considerando a condição inadiável do referido trabalho.

RESOLVE:

Art.1°. Nomear a servidora Cristiane Bordin Camaroto, para substituí-la na referida comissão.

Art.2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 17 de novembro de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

## Gaspar

### Prefeitura Municipal

**Aviso de Pregão Presencial N° 147/2009**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 147/2009

OBJETO: aquisição de materiais elétricos para iluminação pública.

ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08:45 horas do dia 08/12/2009.

ABERTURA: dia 08/12/2009 às 09:00 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital diariamente no horário de expediente no Depto. de Compras sito a Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435 Centro Gaspar/SC ou no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), em 18 de Novembro de 2009

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito de Gaspar

## Herval d'Oeste

### Prefeitura Municipal

**Portaria N° 834/2009**

PORTARIA N° 834/2009

LUIZ ANTONIO FIDELIS, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, conforme dispõe a Lei Complementar N° 0129/2001, alterada pela LC 0192/2005, ao Servidor SIDNEY DALLA VECCHIA, (Matr. 13), ocupante do cargo de Provedor Efetivo de Técnico em Contabilidade, (Cargo em Extinção), 40 horas semanais, em (+ 2%), constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao mês de Agosto de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Novembro de 2009.

LUIZ ANTONIO FIDELIS

Prefeito em Exercício



**Portaria N° 835/2009**

PORTARIA N° 835/2009

LUIZ ANTONIO FIDELIS, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 12 de novembro de 2009, por prazo indeterminado, com fulcro no Artigo 71, inciso I, §1º, da Lei Complementar N° 191/2005, à Servidora ADRIANE BERNARDO, (Matr. 597), ocupante do cargo de Provisamento Efetivo de Professora - Nivel/Referência, 2/C, anexo III, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Novembro de 2009.

LUIZ ANTONIO FIDELIS

Prefeito em Exercício

**Portaria N° 836/2009**

PORTARIA N° 836/2009

LUIZ ANTONIO FIDELIS, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido conforme requerimento em anexo, a Senhora VIVIANE ATAÍDE BITTENCOURT, (Matr. 2797), a partir de 17 de novembro de 2009, a qual exercia as funções do Cargo de Provisamento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível 5, Letra "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Publique-se e cumpra-se.

Herval D'Oeste (SC), em 17 de novembro de 2009.

LUIZ ANTONIO FIDELIS

Prefeito em Exercício

**Imbituba****Prefeitura Municipal****Errata portaria N° 286**

ERRATA PORTARIA DGP/SEAGP N° 286

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, pela presente,

RETIFICA o erro existente na Portaria DGP/SEAGP n° 286, de 13 de novembro de 2009, para que:

**ONDE SE LÊ:**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de novembro de 2009.

**LEIA-SE:**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de 16 de novembro

de 2009, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 16 de novembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**Errata portaria N° 287**

ERRATA PORTARIA DGP/SEAGP N° 287

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, pela presente,

RETIFICA o erro existente na Portaria DGP/SEAGP n° 287, de 13 de novembro de 2009, para que:

**ONDE SE LÊ:**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de novembro de 2009.

**LEIA-SE:**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de 16 de novembro de 2009, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 16 de novembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**Portaria N° 288**

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 288, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009. DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE FRUIÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor; Considerando o despacho de fls. 167 da Ação Trabalhista n.º 884/2004;

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar a Portaria DGP/SEAGP n° 272/2009, que fixou o período de fruição de licença-prêmio, concedida a servidora pública municipal KÁTIA SILVA PIRES, matrícula n° 261, inscrita no CPF sob o n.º 455.110.808-00, Telefonista, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 884/2004, referente aos quinquênios e com fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênios	Fruição
1982/1987	5/1/2010 a 4/4/2010
1987/1992	5/4/2010 a 3/7/2010
1992/1997	5/7/2010 a 3/8/2010
1997/2002	4/8/2010 a 1º/11/2010

Parágrafo único - a fruição da licença-prêmio referente ao quinquênio 1992/1997 ficou reduzida a trinta dias por determinação judicial, haja vista que a servidora já gozou sessenta dias da li-

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

cença em questão.

Art. 2º Fixar nova data de fruição, conforme quadro abaixo:

Quinquênios	Fruição	Conversão de 1/3
1982/1987	4/1/2010 a 4/3/2010	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de janeiro de 2010.
1987/1992	2/8/2010 a 31/8/2010 3/1/2011 a 1/2/2011	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de agosto de 2010.
1992/1997	Já usufruída no período 1º/10/1998 a 30/11/1998	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de janeiro de 2010.
1997/2002	2/2/2011 a 3/3/2011 1º/7/2011 a 30/7/2011	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de fevereiro de 2011.

Parágrafo único - a fruição da licença-prêmio referente ao quinquênio 1992/1997 foi usufruída parcialmente em 1º/10/1998 a 31/11/1998, reconhecida judicialmente, restando apenas 30 dias que a pedido, foi convertida.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 16 de novembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

#### Portaria N° 289

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 289 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009. DISPÕE SOBRE FIXAÇÃO DO PERÍODO DE FRUIÇÃO DE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o período de fruição de LICENÇA-PRÊMIO da servidora OSMARINA TEIXEIRA MACHADO DO CARMO, Auxiliar de Serviços, matrícula nº 436, inscrita no CPF sob o n.º 854.581.049-00 e RG nº 2.006.289, admitido em 07 de outubro de 1998, referente ao quinquênio 07.10.1998 a 06.10.2003, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
07.10.1998 a 06.10.2003	1º/11/2010 a 30/12/2010	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de novembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 16 de novembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

#### Portaria N° 290

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 290, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009. DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente, ADRIANA ROSA DIAS, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 024.380.779-13 e RG nº 18/R 4.012.192 – SESP / SC, para exercer o cargo/função de Atendente de Consultório Odontológico, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a 25 de setembro de 2009.

Imbituba SC, 17 de novembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

#### Portaria N° 291

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 291, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009. DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente, MARIA APARECIDA GIL, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 704.897.779-53 e RG nº 3.541.709-9 – SESP / SC, para exercer o cargo/função de Atendente de Consultório Odontológico, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a 1º de setembro de 2009

Imbituba SC, 17 de novembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

#### Portaria N° 292

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 292, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009. DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente, LETÍCIA DA ROSA RICARDO,





brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 070.006.239-42 e RG nº 5.576.483 – SSO / SC, para exercer o cargo/função de Auxiliar de Enfermagem - PSF, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a 1º de setembro de 2009

Imbituba SC, 17 de novembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

### Portaria N° 293

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 293, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009. DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente, ESTELA MARIS DE SOUZA SESTARI, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 983.803.209-30 e RG nº 3.386.695-3 – SSP / SC, para exercer o cargo/função de Auxiliar de Enfermagem - PSF, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a 1º de setembro de 2009

Imbituba SC, 17 de outubro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

### Portaria N° 294

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 294, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009. DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente, JOANA SOUZA VIEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 308.124.027-15 e RG nº 046991279 – SSP / SC, para exercer o cargo/função de Agente Comunitário de Saúde - PACS, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a 1º de setembro de 2009

Imbituba SC, 17 de novembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

### Portaria N° 295

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 295, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009. DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente, ANTONIA BENTO VIANA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 398.356.349-04 e RG nº 20/R 1343433 – SSP / SC, para exercer o cargo/função de Auxiliar de Enfermagem - PSF, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a 1º de setembro de 2009.

Imbituba SC, 17 de novembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

### Extrato de Publicação de Pregão 28/2009 (SAÚDE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO N° 42/2009

PREGÃO PRESENCIAL N° 28/2009

A Prefeitura Municipal de Imbituba através do Fundo Municipal de Saúde comunica que realizará às 14:00 horas do dia 01 de dezembro de 2009, licitação na modalidade Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/91 e suas alterações, para aquisição de 02 (dois) veículos para Secretária Municipal de Saúde. A íntegra do Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, situado a Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira.

Imbituba, 17 de novembro de 2009.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

### Extrato de Publicação de Dispensa 30/2009 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO N° 134/2009

DISPENSA N° 30/2009

Objeto: Aquisição de lajotas de concreto para recuperação emergencial da Avenida A-14 Itapirubá.

Valor Total: R\$ 9.374,75

Fundamento: Artigo 24, IV da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 17 de novembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal



**Extrato Edital Concurso Público N° 02/2009**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA – SC

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL PMI/CERSP/CP No 02/2009

EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas no Decreto PMI n° 65, de 30 de abril de 2008, torna pública as instruções especiais destinadas a realização de Concurso Público, destinado a contratação de pessoal para o preenchimento dos empregos públicos existentes no quadro permanente de pessoal da Prefeitura, sob a égide do regime jurídico adotado pela Administração Municipal de Imbituba, conforme Lei n° 1.144/91 e o Edital PMI/CERSP/CP n° 02/2009.

As provas teórico-objetivas de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos terão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM.

São de competência da Prefeitura Municipal de Imbituba os procedimentos admissionais competentes.

Empregos/Vagas/Carga horária semanal	Escolaridade/Valor de Inscrição e Vencimentos
Analista de Trânsito (01), Fonoaudiólogo (01), Psicólogo (01) e Psicopedagogo (01). Carga horária semanal 40h.	Nível superior. Valor de inscrição R\$ 90,00 Salário de R\$ 1.224,44
Professor de Ensino Religioso (01), Professor de História (01). Carga horária semanal 40h.	Nível superior. Valor de inscrição R\$ 90,00 Salário de R\$ 1.184,88
Médico Veterinário (01) Carga horária semanal 20h	Nível superior. Valor de inscrição R\$ 90,00 Salário de R\$ 612,22
Professor de Ciências (01), Professor de Educação Infantil (50). Carga horária semanal 20h	Nível superior. Valor de inscrição R\$ 90,00 Salário de R\$ 592,44
Auxiliar de Enfermagem (08) Carga horária semanal 40h.	Nível médio. Valor de inscrição R\$ 70,00 Salário de R\$ 560,43
Coveiro (02) Carga horária semanal 40h	Nível Fundamental (4º. Ano) Valor de inscrição R\$ 50,00 Salário de R\$ 529,56
Operador de Máquinas (Retroescavadeira, Trator esteira, Agrícola) (04) Carga horária semanal 40h.	Nível Fundamental Incompleto (4ª. Série) Valor de inscrição R\$ 50,00 Salário de R\$ 547,23

As inscrições serão realizadas no período de 23/11/2009 à 09/12/2009 pela internet no site [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)  
Edital Completo: Disponível na internet [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br) e no mural de Atos da Prefeitura Municipal de Imbituba. Informações pelo tel. (47) 3041-6262.

Data das provas: 10/01/2010 às 09:00 horas.

Imbituba, 16/11/2009.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Presidenta da CERSP

**Extrato Edital Processo Seletivo Público N° 02/2009**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA – SC

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

EDITAL PMI/CERSP/PSP No 02/2009

EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no

uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Processo Seletivo Público, destinado a contratação de pessoal para o preenchimento dos empregos públicos existentes no quadro de pessoal da Prefeitura, por prazo indeterminado, conforme as Leis Complementares nos 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009 e o Edital PMI/CERSP/PSP n° 02/2009.

As provas teórico-objetivas de caráter eliminatório e classificatório para todos os empregos terão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM.

São de competência da Prefeitura Municipal de Imbituba os procedimentos admissionais competentes.

Cargos/Vagas/Carga horária semanal	Escolaridade/Valor de Inscrição e Vencimentos
Médico Clínico Geral (01), Médico Psiquiatra (Reserva Técnica) Carga horária semanal 40h.	Nível superior. Valor de inscrição R\$ 90,00 Salários de R\$ 3.877,93
Odontólogo Periodontista (01) Carga horária semanal 40h.	Nível superior. Valor de inscrição R\$ 90,00 Salário de R\$ 1.922,94
Professor de Educação Física (01) Carga horária semanal 40h.	Nível superior. Valor de inscrição R\$ 90,00 Salário de R\$ 1.184,88
Médico Pediatra (01) e Médico Psiquiatra (01) Carga horária semanal 20h.	Nível superior. Valor de inscrição R\$ 90,00 Salário de R\$ 1.938,97
Atendente de Consultório Odontológico (09) e Auxiliar de Enfermagem (03) Carga horária semanal 40h.	Nível médio. Valor de inscrição R\$ 70,00 Salário de R\$ 465,00 a 507,66
Agente Comunitário de Saúde - Área 10 (02) Carga horária semanal 40h	Nível Fundamental Completo (8ª. Série). Valor de inscrição R\$ 50,00 Salários de R\$ 465,00

As inscrições serão realizadas no período de 23/11/2009 à 09/12/2009 pela internet no site [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)  
Edital Completo: Disponível na internet [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br) e no mural de Atos da Prefeitura Municipal de Imbituba. Informações pelo tel. (47) 3041-6262.

Data das provas: 10/01/2010 às 09:00 horas.

Imbituba, 16/11/2010.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Presidenta da CERSP

**Extrato Edital Processo Seletivo Simplificado N° 06/2009**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA – SC

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/PSS No 06/2009

EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP - da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Processo Seletivo Simplificado, destinado a contratação de pessoal para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes nos Quadros Permanente e Suplementar de Pessoal da Prefeitura, conforme Lei n° 1.144, de 29 de abril de 1991 e as Leis Complementares nos 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009 e o Edital PMI/CERSP/PSS n° 06/2009.



O presente edital objetiva selecionar candidatos para Reserva Técnica.

As provas teórico-objetivas de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos terão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM.

São de competência da Prefeitura Municipal de Imbituba os procedimentos contratuais competentes.

Empregos/ Carga horária semanal	Escolaridade/Valor de Inscrição e Salários
Professor II de: Artes, Ciências, Educação Física, Educação Infantil, Anos Iniciais, Ensino Religioso, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa e Matemática. Carga horária semanal: de acordo com a necessidade.	Nível superior. Valor de inscrição R\$ 45,00 Salário R\$ de 296,22 a 1184,88
Professor I de: Artes, Ciências, Educação Física, Educação Infantil, Anos Iniciais, Ensino Religioso, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa e Matemática. Carga horária semanal: de acordo com a necessidade.	Nível Médio e/ou cursando licenciatura. Valor de inscrição R\$ 35,00 Salário de R\$ de 273,59 a 1.094,39.
Fiscal de Obras Públicas Carga horária semanal 40h.	Nível médio. Valor de inscrição R\$ 50,00 Salário de R\$ 705,39
Agente Comunitário de Saúde (todas as áreas) Carga horária semanal 40h	Nível Fundamental Completo (8ª. Série). Valor de inscrição R\$ 30,00 Salário de R\$ 465,00
Servente/Merendeira Carga horária semanal 40h.	Nível Fundamental Incompleto (4ª. Série). Valor de inscrição R\$ 30,00 Salário de R\$ 498,06

As inscrições serão realizadas no período de 23/11/2009 à 09/12/2009 pela internet no site [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)  
Edital Completo: Disponível na internet [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br) e no mural de Atos da Prefeitura Municipal de Imbituba. Informações pelo tel. (47) 3041-6262.

Data das provas: 10/01/2010 às 14:00 horas.

Imbituba, 16/11/2009.  
ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Presidenta da CERSP

**Irineópolis**

**Prefeitura Municipal**

#### Extrato de Homologação 11/2009 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 11/2009  
PREGÃO PRESENCIAL N° 07/2009

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo em epígrafe.

Irineópolis, 10 de novembro de 2009.  
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO  
Gestora do F.M.S.

#### Extrato de Adjudicação 11/2009 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 11/2009  
PREGÃO PRESENCIAL N° 07/2009

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis torna público a ADJUDICAÇÃO do processo em epígrafe, das seguintes empresas: Metromed Comercio de Materiais Médico Hospitalar Ltda; Centrosul Comercio Importação e Exportação Ltda; Masif Artigos Medicos e Hospitalares Ltda; Comercial Brasileira de Medicamentos CBM Ltda; Dental América Com. De Materiais Odontológicos Ltda; Promefarma Representações Comerciais Ltda; Medvel Comercio de Medicamentos Ltda.

Irineópolis, 10 de novembro de 2009.  
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO  
Gestora do F.M.S.

#### Ata de Registro de Preços - Pregão Presencial 11/2009 - FMS

Aos(s) 10 de novembro de 2009, às 08:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitação, designada pela(o) Portaria n° 217/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório n° 11/2009, Licitação n° 7/2009 – PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL. Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório n° 11/2009, Pregão Presencial n° 07/2009, o Sr. Jose Osnir Cardoso - Pregoeiro; Sra. Edineia Ambrosi Levan-doski, Sr. Jean Carlo Voigt, Sra. Gilsen Merschner Neppel e Sra. Marcia Maria Kerschler - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria n° 217/2009; Sra. Juliana Katia Tonet Menestrina, representante da empresa Dental America Comercio de Materiais Odontologicos Ltda., Sr. Paulo Ricardo Costa Palmeira, representante da empresa Centrosul Comercio Imp. e Exp. Ltda.; Sr. Luiz Carlos Balam, representante da empresa Comercial Brasileira de Medicamentos CBM Ltda; Sr. Renne Franz Scardueli Hilleshein, representante da empresa Metromed - Com. Materiais Medico Hospitalar Ltda; Sr. Cristiano Sconhetzki, representante da empresa Medvel Comercio de Medicamentos Ltda.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas Empresas: MASIF ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA; PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; DENTAL AMERICA COMERCIO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA; COMERCIAL BRASILEIRA DE MEDICAMENTOS - CBM; MEDVEL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; METROMED COMERCIO MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA; CENTROSUL COM. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e constatou que as mesmas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 6 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

A empresa MASIF ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, apos a analise dos documentos, foi constatado que ela não apresenta em seu contrato Consolidado e nem em seu Alvará Sanitário, o ramo de atividade para venda de Materiais Odontologicos, sendo assim desclassificada nos itens: 03 - Agulha gengival curta 0,3 x 21mm com 100 unidades, item 05 - Agulha gengival longa com 100 unidades e item 69 - Macro Modelo de escova de dente



em acrílico, vencidos na etapa de lances, passando para o segundo colocado.

Os representantes das empresas proponentes presentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas e ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Propostas, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 11/2009, Pregão Presencial nº 07/2009, o Sr. Jose Osnir Cardoso - Pregoeiro; Sra. Edineia Ambrosi Levandoski, Sr. Jean Carlo Voigt, Sra. Gilsen Merschner Neppel e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº 217/2009; Sra. Juliana Katia Tonet Menestrina, representante da empresa Dental America Comercio de Materiais Odontologicos Ltda.; Sr. Paulo Ricardo Costa Palmeira, representante da empresa Centrosul Comercio Imp. e Exp. Ltda.; Sr. Luiz Carlos Balam, representante da empresa Comercial Brasileira de Medicamentos CBM; Sr. Renne Franz Scardueli Hilleshein, representante da empresa Metromed - Com. Materiais Medico Hospitalar Ltda; Sr. Cristiano Sconhetzki, representante da empresa Medvel Comercio de Medicamentos Ltda.

Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Procedeu-se a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas: MASIF ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA; PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; DENTAL AMERICA COMERCIO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA; COMERCIAL BRASILEIRA DE MEDICAMENTOS - CBM

MEDVEL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; METROMED COMERCIO MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA; CENTROSUL COM. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA; as quais seguem classificadas para a fase competitiva do julgamento das propostas.

As empresas Masif Artigos Medicos e Hospitalares Ltda e Promefarma Representações Comerciais Ltda., entregaram os envelopes contendo os documentos de habilitação e proposta de preços antecipadamente, pessoalmente, não tendo nenhum representante das empresas presentes no ato da abertura e lances, permanecendo somente as propostas escritas das proponentes.

O Pregoeiro, Sr. Jose Osnir Cardoso, desclassificou a empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda, no item 02 - Adesivo Monocomponente frasco com 06 ml, pois o preço esta inexequível, muito abaixo do valor de referencia; nos itens 87 a 91, pois a marca cotada não atende as especificações dos itens; no item 95 - Selante de Fissuras e fissuras fotopolimerizável 5ml com 05 seringas, pois o seu valor esta cotado por unidade e não por kit; no item 56 - Haste flexível de plástico com algodão tipo cotonete com 500 unidades, valor muito abaixo do valor de referencia.

O representante da empresa Metromed Com. de Materiais Medico Hospitalar Ltda., o Sr. Renne Franz Scardueli Hilleshein, pediu a desclassificação dos itens 02 - Anestésico Monocomponente frasco com 06ml, pois o seu valor refere-se a frasco com 04ml, e dos itens 87 a 91, pois a marca cotada não atende as especificações dos itens do edital.

O representante da empresa Comercial Brasileira de Medicamentos Ltda, Sr. Luiz Carlos Balam, pediu a desclassificação dos itens 45 - Escovodromo Portatil e do item 58 - Ionomero de vidro fotopolimerizável pó 5gr + líquido, pois os valores foram cotados erroneamente pela empresa.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

A presente Ata de Registro de Preços tem validade para 12 (doze) meses, conforme Edital, seguindo abaixo a relação das empresas com seus respectivos itens:

#### METROMED COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
54	04	Frasco	Fluoreto de sódio 0,2% líquido 1000 ml	Iodontosul	3,62	14,48
TOTAL						R\$14,48

#### CENTROSUL COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
11	20	Caixa	Anestésico tópico gel benzocaina pote com 12 gr	DFL	3,95	79,00
22	30	Unidade	Broca baixa rotação nº ¼	DYNA	1,80	54,00
23	30	Unidade	Broca baixa rotação nº ½	DYNA	1,80	54,00
24	30	Unidade	Broca baixa rotação nº 1	DYNA	1,80	54,00
25	30	Unidade	Broca baixa rotação nº 2	DYNA	1,80	54,00
26	60	Unidade	Broca baixa rotação nº 4	DYNA	1,80	108,00
27	100	Unidade	Broca baixa rotação nº 6	DYNA	1,80	180,00
28	100	Unidade	Broca baixa rotação nº 8	DYNA	1,80	180,00
29	20	Unidade	Broca shofu chama de vela	JON	4,29	85,80
30	20	Unidade	Broca shofu esférica	JON	4,29	85,80
32	10	Caixa	Cimento de hidróxido de cálcio pasta base + catalizador 24 gr radiopaco	TECHNEW	9,80	98,00
33	10	Kit	Cimento de Ionomero de vidro R cor A2 - líquido 8 ml, pó 10 gr	FGM	14,55	145,50



35	30	Unidade	Creme dental 90 gr	ICE FRESCH	0,91	27,30
36	10	Pote	Dappen de vidro	PREVEM	1,12	11,20
39	06	Kit	Disco para poli- mento de resina com 100 tdv kit	TDV	18,20	109,20
44	04	Unidade	Escova limpa broca	IODONTO- SUL	3,64	14,56
47	40	Unidade	Espelho bucal n° 05	PREVEM	1,54	61,60
50	10	Rolo	Fio dental encerado com 100 metros	PREVEM	1,24	12,40
52	20	Rolo	Fita adesiva para autoclave 19mmX30mt	CIEX	2,51	50,20
60	09	Caixa	Irm pó e líquido – pó 38 gr e líquido 15 ml	INODON	11,80	106,20
69	02	Unidade	Macro modelo de escova de dente em acrílico	MEDFIO	14,384	28,77
76	02	Frasco	Óleo para lubrifica- ção spray de alta rotação 200 ml	MAQUIRA	13,30	26,60
77	02	Frasco	Óleo para lubrifica- ção spray de baixa rotação 200 ml	MAQUIRA	13,30	26,60
80	03	Tubo	Pasta maisto 10 gr	INODON	9,45	28,35
81	04	Tubo	Pasta profilática para limpeza e poli- mento 50 gr 90gr	VIGODENT	3,71	14,84
82	10	Caixa	Pastilha para reve- lação de placa com 120 unidades	IODONTO- SUL	13,30	133,00
83	20	Unidade	Pinça curva para algodão n° 7	LM	4,06	81,20
84	30	Caixa	Pincel microbrush com aplicador des- cartável com 100 unidades	FGM	5,43	162,90
86	04	Unidade	Porta matriz toflimi- re adulto	LM	14,00	56,00
92	03	Unidade	Resina composta micro particulada fotopolimerizável 4 g A2	FGM	11,20	33,60
93	03	Unidade	Resina composta micro particulada fotopolimerizável 4 g B2	FGM	11,20	33,60
96	10	Unidade	Sindesmótomo	LM	4,06	40,60
98	05	Frasco	Ticresol formalina 10 ml	INODON	3,808	19,04
99	05	Caixa	Tira de lixa para amálgama com 12 unidades	PREVEM	3,984	19,92
TOTAL					R\$ 2.275,78	

## MASIF ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
37	01	Galão	Desinfetante hos- pitalar de artigos semi críticos 5 lt	RICIE	5,33	5,33
40	50	Caixa	Embalagem alto selante para esterili- zação 14cmX29cm com 100 um	MEDIPACK	21,24	1.062,00
41	70	Caixa	Embalagem alto selante para esterili- zação 9cmX26cm com 100 unidades	MEDIPACK	12,79	895,30
61	04	Caixa	Lâmina para bisturi n° 12 com 100 unidades	ADVANTIVE	10,66	42,64
62	04	Caixa	Lâmina para bisturi n° 15 com 100 unidades	ADVANTIVE	10,66	42,64
TOTAL					R\$ 2.047,91	

## COMERCIAL BRASILEIRA DE MEDICAMENTOS CBM LTDA

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	40	Unidade	Acido gel fosfórico 37% - frasco com 2,5 ml	BIODINÂ- MICA	1,12	44,80
07	30	Pacote	Algodão odonto- lógico com 100 unidades	SSPLUS	0,769	23,07
09	10	Caixa	Anestésico mepiva- caina 3% sem va- soconstritor 1,8 ml com 50 unidades	LIDOSTESIM	20,30	203,00
63	05	Unidade	Lima 25mm 1ª série	MILTEX	18,80	94,00
70	10	Unidade	Mandril para contra ângulo para discos polimento de resina	PREVEN	1,68	16,80
71	50	Caixa	Máscara cirúrgica com elástico tripla camada e filtro com 50 unidades	DESCAR- PACK	6,30	315,00
72	30	Unidade	Matriz Metálica 0,05 x 5 x 500mm	PREVEN	0,88	26,40
73	05	Unidade	Matriz Metálica 0,05 x 7 x 500mm	PREVEN	0,88	4,40
87	03	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopoli- merizável 4 g A1	CHARISMA	35,34	106,02
88	10	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopoli- merizável 4 g A2	CHARISMA	35,34	353,40
91	05	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopoli- merizável 4 g OA2	CHARISMA	35,34	176,70



95	05	Kit	Selante de Fissuras e fissuras fotopolimerizável 5 ml com 5 seringas	FLU-ROSHIELD	60,20	301,00
97	100	Pacote	Sugador de saliva descartável com 40 unidades	MAXCLEAN	2,27	227,00
101	05	Caixa	Tira de poliéster com 100 unidades	PREVEN	0,98	4,90
102	04	Frasco	Verniz com flúor 15 ml	CAVITINE	7,84	31,36
TOTAL					R\$ 1.927,85	

## DENTAL AMERICA COM. DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
02	20	Unidade	Adesivo monocomponente frasco com 6 ml	TETRIC N BOND	70,00	1.400,00
08	03	Caixa	Anestésico injetável cloridrato de lidocaína e fenilefrina c/ 50 un 1,8 ml	NOVOCOL	21,25	63,75
46	05	Unidade	Espátula para resina (inserção) dupla com ponta de titânio	PRISMA	33,45	167,25
64	02	Unidade	Lima 25mm 2ª série	MILTEX	20,50	41,00
74	04	Pote	Obturador provisório branco 25 gr	CAVITEC	8,00	32,00
79	02	Unidade	Paramonocloro fenol canforado 20 ml	BIODINÂMICA	5,50	11,00
94	04	Unidade	Resina fotopolimerizável Flow A2	NATURAL FLOW	17,50	70,00
100	05	Caixa	Tira de lixa para resina com 150 unidades	INJECTA	6,00	30,00
TOTAL					R\$ 1.815,00	

## PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
03	35	Caixa	Agulha gengival curta 0,3X21 mm com 100 unidades	MED DENTAL	9,36	327,60
04	10	Caixa	Agulha gengival extra curta com 100 unidades	MED DENTAL	7,15	71,50
05	35	Caixa	Agulha gengival longa com 100 unidades	MED DENTAL	8,71	304,85
06	100	Frasco	Alcool 70% 1000 ml	RICIE	2,14	214,00
42	15	Caixa	Escova dental com cerdas macias adulto com 100 unidades	SANIFIL	11,31	169,65
43	30	Caixa	Escova dental com cerdas macias infantil com 100 unidades	SANIFIL	10,27	308,10

75	05	Unidade	Óculos de proteção incolor em policarbonato	SSPLUS	3,76	18,80
78	02	Frasco	Otosporin 10 ml	INODON	3,88	7,76
TOTAL					R\$ 1.422,26	

## MEDVEL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
10	70	Caixa	Anestésico me-pivacaina com noradrenalina 2% c/ 50 un 1,8 ml	DFL	38,00	2.660,00
12	60	Unidade	Broca alta rotação 1011	TECHNEW	1,01	60,60
13	60	Unidade	Broca alta rotação 1012	TECHNEW	1,01	60,60
14	60	Unidade	Broca alta rotação 1013	TECHNEW	1,01	60,60
15	60	Unidade	Broca alta rotação 1014	TECHNEW	1,01	60,60
16	60	Unidade	Broca alta rotação 1090	TECHNEW	1,01	60,60
17	40	Unidade	Broca alta rotação 1091	TECHNEW	1,01	40,40
18	40	Unidade	Broca alta rotação 1092	TECHNEW	1,01	40,40
19	40	Unidade	Broca alta rotação 1093	TECHNEW	1,01	40,40
20	60	Unidade	Broca alta rotação 2200	TECHNEW	1,01	60,60
21	20	Unidade	Broca alta rotação 3082	TECHNEW	1,01	20,20
31	08	Unidade	Broca zekria	MEDIN	17,80	142,40
34	100	Pacote	Compressa de gaze hidrófila 7,5X7,5 cm com 11 fios com 500 unidades	WS	7,01	701,00
38	02	Frasco	Digluconato de clorexidina 2% 1000 ml	MAQUIRA	5,00	10,00
45	01	Unidade	Escovódromo portátil	D-EXPRESS	3.750,00	3.750,00
48	04	Unidade	Espelho de mão	JON	16,50	66,00
49	30	Caixa	Fio de sutura agulhado de seda 3-0 com 24 unidades	PROCARE	17,52	525,60
51	10	Rolo	Fita adesiva branca para odonto 19mmX30mt	MISSNER	1,459	14,59
53	03	Frasco	Fluor fosfato acidulado gel 1,23% frasco com 200 ml	DFL	2,41	7,23
55	05	Pacote	Gorro branco descartável com 100 unidades	SSPLUS	6,30	31,50
56	03	Caixa	Haste flexível de plástico com algodão tipo cotonete com 500 unidades	HIGIE TOP	5,00	15,00
57	02	Frasco	Hidróxido de cálcio pó 10 gr	ASFER	2,68	5,36

58	06	Unidade	Ionometro de vidro fotopolimerizável pó 5 gr + líquido	DFL	24,50	147,00
59	200	Cápsula	Ionometro de vidro restaurador + duas pistolas	SDI	1,85	370,00
65	50	Caixa	Luva para procedimento extra pequena com 100 unidades	SEMPERMED	16,19	809,50
66	70	Caixa	Luva para procedimento média com 100 unidades	SEMPERMED	16,19	1.133,30
67	200	Caixa	Luva para procedimento pequena com 100 unidades	SEMPERMED	16,19	3.238,00
68	02	Unidade	Macro modelo de arcada dentária superior e inferior em acrílico	D-EXPRESS	68,50	137,00
85	03	Unidade	Porta matriz ivory	GOLFRAN	13,50	40,50
89	10	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A3	CHARISMA	35,35	353,50
90	05	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g B2	CHARISMA	35,35	176,75
TOTAL					R\$	14.839,23
TOTAL DO PROCESSO					R\$	24.342,51

**Extrato Processo Licitatorio N° 13/2009 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 13/2009 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2009

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 09 de dezembro de 2009, às 10:30 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por Item, de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a Aquisição de pneus para veículos da Frota do Fundo Municipal de Saúde, para o Exercício de 2010, com entrega parcelada. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 07:30 às 13:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144, no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 17 de novembro de 2009.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Secretaria Municipal da Saúde – Gestora FMS

**Extrato Processo Licitatorio N° 29/2009 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 29/2009 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 17/2009

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia de 09 de dezembro de 2009, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial

para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por Item, de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a Aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores para veículos e equipamentos da Municipalidade, para o Exercício de 2010, com entrega parcelada. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 07:30 às 13:00 horas, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144, e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 17 de novembro de 2009.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

**José Boiteux****Prefeitura Municipal****Decreto 118/2009**

DECRETO N° 118/2009.

CONSTITUI A COMISSÃO ORGANIZADORA PARA ACOMPANHAR E JULGAR OS PROCESSOS RELATIVOS AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 003/2009 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Organizadora para acompanhar e julgar os processos relativos ao Edital de Concurso Público 003/2009, de 06 de Dezembro de 2009, destinado a prover vagas em cargos constantes do Quadro de Cargos de Empregos Públicos do Poder Executivo Municipal de José Boiteux, que fica assim composta:

Presidente: Juliano Leite  
Secretaria: Nara Moser Coelho  
Membro: Jonas Anderson Deringer

Art. 2º - O Concurso Público de que trata o Edital de Concurso Público n. 003/2009 será organizado, executado e Julgado:

I – Pela comissão Organizadora, composta de três servidores estáveis, integrantes do quadro de pessoal do Município, constituída conforme o Art. 1º deste Decreto;

Art. 3º - O Edital de Concurso Público n. 003/2009, do qual se dará ampla divulgação, conterà os seguintes requisitos mínimos:

I – Prazo para a inscrição, não inferior a trinta dias, contado da sua publicação oficial;

II – Requisitos para a inscrição e condições para o provimento do cargo;

III – Tipo e conteúdo das provas

IV – forma de Julgamento das Provas;

V – Critérios de aprovação e classificação;

VI – Prazo de Validade;

VII – Valor da taxa de inscrição;

§1º - o Prazo para inscrição nos concursos, se ainda não encerrado, pode ser prorrogado uma vez por igual período.

§2º - As alterações nos editais implicam reabertura do prazo de inscrição;

Art. 4º - o Concurso Público credencia e nele aprovado a nomeação durante o prazo de sua validade ou eventual prorrogação, obedecida à ordem de classificação, computadas as vagas exis-

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

tentes na data do edital, as que decorrem de vacância do cargo e as que vierem a ser criadas.

Art. 5º - A aprovação e classificação no Concurso não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de cargos de Empregos Públicos da Prefeitura Municipal de José Boiteux. Parágrafo Único – A nomeação é de competência do Prefeito Municipal, dentro do interesse e conveniência da Administração.

Art. 6º - O concurso público, de que trata o Edital de Concurso Público n. 003/2009, terão validade de 2 anos, a contar da data do ato de homologação do resultado, podendo serem prorrogados por igual período, se houver interesse da Administração Municipal de José Boiteux.

Art. 7º - O concurso será homologado pelo Chefe do Poder Executivo e publicado seu resultado no mural de publicações oficiais da Prefeitura Municipal de José Boiteux e na internet, no site <http://www.pmjb.sc.gov.br>.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 03 de Novembro de 2009.  
JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

#### Decreto 119/2009

DECRETO nº 119/2009.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminado:

Órgão	:06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade	:01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade	:2.018	FUNDEB 40%
Modalidade de Aplicação:		4.4.90.00.00.00.00 (46)
Recursos	:0103	FUNDEB 40%
Valor	:R\$	30.000,00

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior fica suplementada a dotação do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas.

Órgão	:06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade	:01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade	:2.018	FUNDEB 40%
Modalidade de Aplicação:		3.3.90.00.00.00.00 (45)
Recursos	:0103	FUNDEB 40%
Valor	:R\$	30.000,00

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 03 de novembro de 2009.  
JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

#### Decreto 121/2009

DECRETO Nº 121/2009.

AUTORIZA A ABRIR CREDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme especificação a seguir:

Órgão	:06	Secretaria de Educação Cultura e Desporto
Unidade	:01	Secretaria de Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade	:2.023	Merenda Escolar
Modalidade de Aplicação:		3.3.90.00.00.00(55)
Recursos	:1102	Merenda Escolar
Valor	:R\$	10.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 10 de novembro de 2009.  
JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC Lei 759/2008.

#### Decreto 122/2009

DECRETO Nº 122/2009.

AUTORIZA A ABRIR CREDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1 - Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação a importância de R\$ 50.700,00 (cinquenta mil e setecentos reais), conforme especificação a seguir:

Órgão	:06	Secretaria de Educação Cultura e Desporto
Unidade	:01	Secretaria de Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade	:2.021	Transporte Escolar PNATE
Modalidade de Aplicação:		3.3.90.00.00.00(52)
Recursos	:0108	Transporte Escolar PNATE
Valor	:R\$	10.700,00

Órgão	:06	Secretaria de Educação Cultura e Desporto
Unidade	:01	Secretaria de Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade	:2.022	Transporte Escolar Estado
Modalidade de Aplicação:		3.3.90.00.00.00(53)
Recursos	:1107	Transporte Escolar Estado
Valor	:R\$	40.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 10 de novembro de 2009.  
JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal





**Decreto 123/2009**

DECRETO N° 123/2009.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO, PARA ADMISSÃO DE PROFESSORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O EXERCÍCIO 2010.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1 – Fica constituída a Comissão Especial para Avaliação do Processo Seletivo, para acompanhar e julgar os processos relativos ao Edital de Processo Seletivo para Admissão de Professores em Caráter Temporário para o Exercício 2010 composta da seguinte Forma:

I - Representante do Conselho Municipal de Educação:  
Graciele Lanznaster

II - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:  
Edna Aparecida Dias  
Nadia Regina Tottene Gehrke

III - Representantes da Administração Municipal:  
Maybe Lunelli  
Giselle Lemos

IV - Representante da Procuradoria Geral do Município:  
Cristiane Karine Campana

2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 11 de novembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal**Portaria 488/2009**

PORTARIA N° 488/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, § 1º, I da Lei n° 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) ao servidor Luiz Francisco Ferreira, a partir de 10.11.2009, nomeado pela Portaria n° 400/2009 de 03.08.2009, que nomeou em cargo efetivo de Conserveiro, 40 horas semanais.

José Boiteux, 10 de novembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

**Portaria 489/2009**

PORTARIA N° 489/2009

APROVA O REGIMENTO DA 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito Municipal de José Boiteux, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Decreto nº115, de 28 De Outubro de 2009, aprova o regimento da 4ª Conferência Municipal da Cidade e da outras providências.

Art. 1º - Aprova o Regimento da 4ª Conferência Municipal da Cidade, cujo inteiro teor constitui o Anexo I desta portaria.

Art. 2º - Constituir a Comissão Preparatória Municipal da 4ª Conferência Municipal da Cidade, com o objetivo de propor

medidas e ações necessárias à realização da referida Conferência.

Art. 3º - A Comissão Preparatória Municipal será composta por representantes dos diversos segmentos da sociedade civil, indicados 10 (dez) representantes titulares e 10 (dez) representantes suplentes para o exercício dessa representação, como segue:

I – GESTORES, ADMINISTRADORES PÚBLICOS E LEGISLATIVOS - ESTADUAIS, MUNICIPAIS:

SECRETARIA MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX

Titular: Juliano Leite

Suplente: Leonardo Ribeiro

CÂMARA DE VEREADORES

Titular: Marília Bertelli

Suplente: Otavio Machado

CASAN/CELESC/EPAGRI

Titular: Ricardo Weber

Suplente: Marlene S. Schmidt

II – MOVIMENTOS POPULARES:

APAE

Titular: Igidio Fusinato

Suplente: Daniel Vendrami

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR

Titular: Luiz Fusinato

Suplente: Max Pudewell

III – TRABALHADORES, POR SUAS ENTIDADES SINDICAIS:

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

Titular: Dilmar César da Cunha

Suplente: Eduardo Foss

IV – EMPRESÁRIOS RELACIONADOS À PRODUÇÃO E AO FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO:

CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS – CDL/ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, ETC

Titular: Guido de Oliveira

Suplente: Gilberto Mazzini

SICOOB ALTO VALE

Titular: Eduardo Pereira

Suplente: Jamili Lanznaster

CRESSOL

Titular: Juliana da Silva

Suplente: Josnei Cássio da Cunha

V – ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA OU ONG'S COM ATUAÇÃO NA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO URBANO; PLANEJAMENTO TERRITORIAL; HABITAÇÃO; REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA; SANEAMENTO AMBIENTAL; TRANSPORTE; MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX

Titular: Alex da Cunha

Suplente: Simone Aparecida Fernandes

Art. 4º - Fica designado para o exercício das atividades de Coordenador Geral, responsável pelo melhor desenvolvimento das atividades da Comissão Preparatória Municipal, o Agente Administrativo Operacional Alex da Cunha

Art. 5º - As atividades da Comissão, instituída por esta Portaria, terão duração de até o mês de dezembro de 2009.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

José Boiteux, 10 de novembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

**ANEXO I****REGIMENTO DA 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE JOSÉ BOITEUX****CAPÍTULO I****DOS OBJETIVOS**

Art. 1º - A Conferência Municipal das Cidades, convocada pelo Decreto nº. 115/2009, de 28 de outubro de 2009, nos termos do Decreto Federal nº. 5.790, de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa nº. 10, de 30 de junho de 2009, do Ministério das Cidades, será realizada no dia 19 de Novembro de 2009, no município de em Presidente Getúlio, na Sociedade Desportiva Camioneiros, sob a coordenação das SDRs 12ª/13ª/14ª/34ª e AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí, em conformidade com o Ofício Circular nº01/09/ConCidades/DCID/SPG, de 29 de setembro de 2009 e terá os seguintes objetivos e finalidades:

I – propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política de Desenvolvimento Urbano;

II – sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes no Município;

III – propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução da Política de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

IV – propiciar e estimular a organização das conferências das cidades como instrumento para garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no Município;

V – avançar na construção e consolidação da Política Municipal, Estadual e Nacional de Desenvolvimento Urbano;

VI – indicar prioridades de atuação ao CONCIDADES/SC, ao Conselho Nacional das Cidades e ao Ministério das Cidades;

VII – realizar balanço dos resultados das Conferências anteriores e identificar quais os problemas para implementar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, bem como, formular questões ou propostas aos desafios listados, abordando questões centrais relacionadas ao cotidiano da questão municipal, tendo sempre como referência a participação democrática e seguindo os temas relacionados:

1. criação e implementação de conselhos das cidades, planos, fundos e seus conselhos gestores nos níveis federal, estadual, municipal e no Distrito Federal;
2. aplicação do Estatuto da Cidade e dos planos diretores e a efetivação da função social da propriedade do solo urbano;
3. a integração da política urbana no território: política fundiária, mobilidade e acessibilidade urbana, habitação e saneamento; e
4. relação entre os programas governamentais - como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa, Minha Vida - e a política de desenvolvimento urbano.

VIII – Eleger propostas prioritárias em âmbito regional;

IX – eleger e indicar os delegados municipais à 4ª Conferência Estadual das Cidades.

**CAPÍTULO II****DA REALIZAÇÃO**

Art. 2º - A 4ª Conferência Municipal das Cidades, que será integrada por representantes indicados e eleitos na forma prevista neste Regimento, tem abrangência regional e, conseqüentemente, suas análises, formulações e proposições devem tratar das Políticas Regionais e sua implementação nos municípios da região do Alto Vale do Itajaí.

**CAPÍTULO III****DO TEMÁRIO**

Art. 3º - A 4ª Conferência Municipal das Cidades desenvolverá os seus trabalhos a partir do Lema: “Cidades para Todos e Todas com Gestão Democrática, Participativa e Controle Social” enfocando o Tema: “Avanços, Dificuldades e Desafios na Implementação da Política de Desenvolvimento Urbano” e construirá propostas para subsidiar as discussões da 4ª Conferência Estadual de Cidades.

Parágrafo único. O tema deverá ser desenvolvido de modo a articular e integrar as diferentes políticas urbanas.

Art. 4º - A 4ª Conferência Municipal das Cidades será composta de mesas de debates, painéis, grupos de debate e plenária de aprovação das propostas.

Art. 5º - Cabe a Comissão Preparatória Regional deliberar, sobre documentos e textos de apoio, que subsidiarão as discussões da Conferência.

**CAPÍTULO IV****DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Art. 6º - A 4ª Conferência Municipal das Cidades será presidida pelo Prefeito ou Secretário Municipal de Administração e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Engenheiro Civil.

Art. 7º - A organização e realização da 4ª Conferência Municipal das Cidades será coordenada pelas SDRs 12ª/13ª/14ª/34ª e AMAVI – Associação dos Municípios do Alto, através de uma Comissão Preparatória Regional, com apoio dos seus municípios integrantes.

Art. 8º - A Comissão Preparatória Regional será composta por 8 (oito) titulares e 8 (oito) suplentes representantes das entidades responsáveis pela organização e realização do evento, conforme anexo II:

Art. 9º - Compete a Comissão Preparatória Regional referente à 4ª Conferência das Cidades:

I – definir data, local e programação da Conferência;

II – elaborar documento sobre o temário central e textos de apoio que subsidiarão as discussões da 4ª Conferência das Cidades;

III – designar facilitadores e relatores para a discussão das temáticas;

IV – mobilizar as diversas instâncias de governo e entidades da sociedade civil locais envolvidas no debate da política urbana;

V – promover ampla divulgação da 4ª Conferência das Cidades;

VI – sistematizar os relatórios das Conferências Municipais que chegarem à data prevista, para subsidiar as discussões sobre a 4ª Conferência Estadual das Cidades.

**CAPÍTULO V****DOS PARTICIPANTES**

Art. 10 - A 4ª Conferência das Cidades, em suas diversas etapas, deverá ter a participação de representantes de diversos segmentos, conforme a seguinte composição:

I - gestores, administradores públicos e legislativos - estaduais, municipais, 42,3%;

II - movimentos populares, 26,7%;

III - trabalhadores, por suas entidades sindicais, 9,9%;

IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, 9,9%;

V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais, 7%, e

VI - Ong's com atuação na área de desenvolvimento urbano; planejamento territorial; habitação; regularização fundiária; saneamento ambiental; transporte; mobilidade e acessibilidade (4,2%).

§1º As vagas definidas no Inciso I serão assim distribuídas: 10% para o legislativo, 12% para o Estadual e 20,3% para o Municipal.

§2º Para os fins do disposto no caput deste artigo, o enquadramento nos diversos segmentos deverá ser efetuado da seguinte forma:

I - Poder Público Executivo: Estão enquadradas as secretarias, empresas de economia mista, autarquias e fundações. Poder Público Legislativo: estão enquadrados os vereadores e deputados estaduais.

II - Movimentos sociais e populares: Estão enquadradas as organizações de associações de bairros, movimentos por moradia, movimento de luta por terra e as entidades voltadas à questão do desenvolvimento urbano.

III - Trabalhadores representados por suas entidades sindicais: Sindicatos e federações representativas dos trabalhadores legalmente constituídos e vinculados às questões de desenvolvimento urbano.

IV - Entidades representativas do empresariado, relacionadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano: Enquadram-se também cooperativas voltadas às questões do desenvolvimento urbano.

V - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas e conselhos profissionais: Estão enquadradas entidades vinculadas à questão do desenvolvimento urbano, representativas de associações de profissionais, autônomos ou de empresas, profissionais representantes de entidades de ensino, centros de pesquisas das diversas áreas do conhecimento e conselhos profissionais regionais;

VI - ONGs: Estão enquadradas entidades do terceiro setor, vinculadas à questão do desenvolvimento urbano.

§3º Não se enquadram nos segmentos acima descritos partidos políticos, igrejas, instituições filantrópicas, clubes esportivos, desportivos e recreativos e conselhos municipais e estaduais, bem como toda e qualquer agremiação que tenha por atividade ações discriminatórias, segregadoras e xenófobas, entre outras.

§4º Em caso de dúvida quanto à abrangência e atuação das entidades participantes na Conferência caberá à Comissão Preparatória Regional validar ou não a indicação.

Art. 11. A 4ª Conferência das Cidades será aberta ao público e deverá ter a participação de representantes dos segmentos constantes do art. nº 10.

Art. 12. Serão delegados à 4ª Conferência Estadual das Cidades, aqueles eleitos durante a 4ª Conferência Municipal, de acordo com a tabela inserida no Anexo III.

§1º A eleição de delegados municipais será por segmento, obedecendo a proporcionalidade da representação, conforme o disposto no art.10 deste Regimento, respeitando o âmbito municipal. No caso de eleição de 3 (três) delegados, 1 (um) representará o Poder Público e 2 (dois) representarão a sociedade civil; no caso de 2 (dois) e 4 (quatro) delegados, ficará paritário;

§2º Serão candidatos a delegados à 4ª Conferência Estadual das Cidades os representantes dos segmentos citados no art. 10, indicados pelos diversos segmentos que representam, desde que regularmente inscritos e presentes na 4ª Conferência Municipal.

§3º O delegado titular eleito terá um suplente do mesmo segmento, que será credenciado somente na ausência do titular.

## CAPÍTULO VI

### DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 13. As despesas com a organização geral e com a realização

da 4ª Conferência das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários próprios das 12ª/13ª/14ª/34ª SDRs e AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí.

Parágrafo único. As despesas dos representantes e delegados correrão por conta das entidades a que se vincularem ou ao Município de origem.

## CAPÍTULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. Os resultados da Conferência serão remetidos à Comissão Preparatória Estadual e à Comissão Executiva Nacional, em até 5 (cinco) dias após a realização da mesma, a fim de validá-la, em formulário próprio a ser distribuído pelo Ministério das Cidades.

Art. 15. Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Preparatória Regional, cabendo recurso à Comissão Preparatória Estadual.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

## ANEXO II

### COMISSÃO PREPARATÓRIA REGIONAL

- I - Titular - Tekla Goetten de Lima  
SDR Taió  
Suplente - James Siwerdt  
SDR Taió
- II - Titular – Rosa Maria Scheidt  
SDR Ituporanga  
Suplente – Adilson Turnes  
SDR Ituporanga
- III - Titular - Jefferson Flores  
SDR Ibirama  
Suplente - Sandro Suhlan  
SDR Ibirama
- IV - Titular - Ramires Cimardi  
SDR Rio do Sul  
Suplente - Mario Martino Wloch  
SDR Rio do Sul
- V - Titular - Guilherme Feijó Vieira  
AMAVI – Arquiteto Pólo Taió  
Suplente - Evelina Elisabeth Rosa Zucatelli  
AMAVI – Secretaria Executiva
- VI - Titular - Fabiana Meurer  
AMAVI – Arquiteta Pólo Ituporanga  
Suplente - Walcy Mees da Rosa  
AMAVI – Secretaria Executiva
- VII - Titular - Norma Leindorf Bartz  
AMAVI - Arquiteta Pólo Ibirama  
Suplente - Ivonete Sens Bento da Silva  
AMAVI – Assistente Social
- VIII - Titular - Gustavo Leonardo Wloch  
AMAVI – Arquiteto Pólo Trombudo Central  
Suplente - Milã Signori  
AMAVI – Jornalista

## ANEXO III

### DELEGAÇÃO MUNICIPAL À 4ª Conferência ESTADUAL das Cidades

SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional	Município	População Estimativa 2009	N.º de Delegados
12	SDR-Rio do Sul	Braço do Trombudo	3.419	2
12	SDR-Rio do Sul	Agrônômica	4.925	2



12	SDR-Rio do Sul	Laurentino	5.757	2
12	SDR-Rio do Sul	Trombudo Central	6.520	2
12	SDR-Rio do Sul	Rio do Oeste	7.033	2
12	SDR-Rio do Sul	Agrolândia	9.661	2
12	SDR-Rio do Sul	Rio do Sul	59.962	4
13	SDR-Ituporanga	Chapadão do Lageado	2.882	2
13	SDR-Ituporanga	Atalanta	3.402	2
13	SDR-Ituporanga	Leoberto Leal	3.674	2
13	SDR-Ituporanga	Aurora	5.560	2
13	SDR-Ituporanga	Imbuia	5.738	2
13	SDR-Ituporanga	Vidal Ramos	6.112	2
13	SDR-Ituporanga	Petrolândia	6.188	2
13	SDR-Ituporanga	Alfredo Wagner	10.274	3
13	SDR-Ituporanga	Ituporanga	21.496	4
14	SDR-Ibirama	Presidente Nereu	2.324	2
14	SDR-Ibirama	Dona Emma	3.583	2
14	SDR-Ibirama	Witmarsum	3.584	2
14	SDR-Ibirama	José Boiteux	5.054	2
14	SDR-Ibirama	Vítor Meireles	5.756	2
14	SDR-Ibirama	Lontras	9.660	2
14	SDR-Ibirama	Apiúna	10.996	3
14	SDR-Ibirama	Presidente Getúlio	14.392	3
14	SDR-Ibirama	Ibirama	17.469	3
34	SDR-Taió	Mirim Doce	2.583	2
34	SDR-Taió	Rio do Campo	6.135	2
34	SDR-Taió	Salete	7.737	2
34	SDR-Taió	Santa Terezinha	9.363	2
34	SDR-Taió	Pouso Redondo	14.510	3
34	SDR-Taió	Taió	17.522	3

Fonte: IBGE e Secretaria de Estado do Planejamento/Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia.

Elaboração: Secretaria de Estado do Planejamento/Diretoria de Desenvolvimento das Cidades

### Portaria 490/2009

PORTARIA N° 490/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 17 da Lei n° 170 de 28.02.92 RESOLVE REINTEGRAR JUDICIALMENTE o servidor Jacir Peixer, a partir de 16.11.2009, no cargo de Operador de Equipamento, em virtude da Concessão de Antecipação de Tutela, pelo MM. Juiz de Direito da Comarca de Ibirama, nos autos n. 027.09.000230-6.

José Boiteux, 16 de novembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

### Portaria 491/2009

PORTARIA N° 491/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE NOMEAR, Vanessa Bertelli, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, carga horária de 40 Horas semanais, a partir de 10.11.2009.

José Boiteux, 17 de novembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

## Luzerna

### Prefeitura Municipal

### Lei 870

LEI N° 870 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

CARLOS RENATO MARCON, Prefeito Municipal em exercício de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular totalmente, a dotação atribuída à atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Departamento de Educação - Setor de Ensino

Atividade - 08.0801.12.361.0031.2028 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 15 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação FNDE ..... R\$ 20.000,00

Detalhamento das Destinações de Recursos - 000049 - Transferência do Salário Educação

TOTAL ANULADO .....R\$ 20.000,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação na dotação atribuída à atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Departamento de Educação - Setor de Ensino

Atividade - 08.0801.12.361.0031.2029 - Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 15 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação FNDE .....R\$ 20.000,00

Detalhamento das Destinações de Recursos - 000049 - Transferência do Salário Educação

TOTAL SUPLEMENTADO .....R\$ 20.000,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de novembro de 2009.

CARLOS RENATO MARCON  
Prefeito Municipal em exercício

### Lei 871

LEI N° 871 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009.

"AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO QUE ESPECIFICA NO PPA 2006/2009 E NA LDO PARA O EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."





CARLOS RENATO MARCON, Prefeito Municipal em exercício de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica incluída no Programa 0058 - Incentivos para a Indústria e o Comércio, Adendo 22 do Anexo II, do PPA 2006/2009, e da LDO para 2009 a Ação 74 - Manter, adaptar as instalações, equipar e mobiliar a Incubadora Tecnológica de Luzerna no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art.2º - Em decorrência da inclusão da ação de que trata o artigo 1º, fica alterado o Programa 0058 - Incentivos para a Indústria e o Comércio, Adendo 22, do Anexo II do PPA 2006/2009, e da LDO para 2009, os quais passam a vigorar na forma que se encontram redigidos e integram esta Lei.

Art.3º - Os encargos resultantes das alterações do PPA e da LDO, de que trata esta lei, serão suportados à conta dos recursos do Convênio AAG 12.266/2009-1, nº SPP FCTP2182/2009-2, firmado entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA e a FAPESC - Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de novembro de 2009.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em exercício

## Lei 872

LEI Nº 872 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CARLOS RENATO MARCON, Prefeito Municipal em exercício de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL abaixo especificado, para manter, adaptar as instalações, equipar e mobiliar a INCUBADORA TECNOLÓGICA MUNICIPAL DE LUZERNA, com a seguinte classificação:

10 - ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1001 - ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Projeto: 1001.22.661.0058.1074 - Manter, Adaptar Instalações, Equipar e Mobiliar a Incubadora Tecnológica Municipal de Luzerna.

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas

Correntes .....R\$ 146.550,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos ...

.....R\$ 103.450,00

Fonte de Recursos - 24 - Transferências de Convênios

Detalhamento da Destinação de Recursos - 000055 - Transferência de Convênio do Estado

Total do Crédito Adicional Especial.....R\$ 250.000,00

Art.2º- Os encargos orçamentários e financeiros, decorrentes da abertura do CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL de que trata o art. 1º desta lei, correrão à conta dos recursos do Convênio AAG 12.266/2009-1 Nº SPP FCTP 2182/2009-2, firmado entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA e a FAPESC - Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica de Santa Catarina, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art.3º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de novembro de 2009.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em exercício

## Lei 873

LEI Nº 873 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009.

"DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR JURÍDICO E DOS EMPREGOS PÚBLICOS DE SECRETÁRIO TÉCNICO LEGISLATIVO E CONTADOR, DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA SEU PREENCHIMENTO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA, DESCREVE AS ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS RENATO MARCON, Prefeito Municipal em exercício de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica criado o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico, com requisitos, salário e carga horária definidos no Quadro I do Anexo I e atribuições definidas no Anexo II desta Lei.

Art.2º - Ficam criados os empregos públicos de Secretário Técnico Legislativo e Contador, para provimento efetivo, de acesso exclusivamente por concurso público, com requisitos, salário e carga horária definidos no Quadro II do Anexo I e atribuições definidas no Anexo II desta Lei.

Art.3º- Os servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna serão regidos pelo regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

Art.4º - O Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna será estabelecido posteriormente em legislação própria.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de novembro de 2009.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em exercício

## ANEXO I

### QUADRO I - CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Quantidade	Cargo	Requisitos	Salário	Carga Horária
01	Assessor Jurídico	Graduação em curso superior de Direito e Registro na OAB.	R\$ 1.300,00	20 horas semanais

### QUADRO II - EMPREGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Quantidade	Emprego Público	Requisitos	Salário	Carga Horária
01	Secretário Técnico Legislativo	Ensino Médio Completo ou Técnico Profissionalizante	R\$ 850,00	40 horas semanais
01	Contador	Graduação em curso superior de Ciências Contábeis e Registro no CRC.	R\$ 1.300,00	20 horas semanais

## ANEXO II DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES

### CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - ASSESSOR JURÍDICO:

I - Assessorar os setores da CÂMARA MUNICIPAL, objetivando a aplicabilidade de preceitos legais pertinentes, dando suporte técnico e fornecendo orientações aos servidores;  
 II - Fornecer consultoria e assessoria ao Corpo de Vereadores da CÂMARA MUNICIPAL e às Comissões existentes;  
 III - Elaborar pareceres das Comissões;  
 IV - Elaborar a revisão do Regimento Interno da Câmara e da Lei Orgânica Municipal;  
 V - Propor e defender a CÂMARA MUNICIPAL em ações judiciais;  
 VI - Analisar e elaborar contratos afetos à CÂMARA MUNICIPAL;  
 VII - Assessorar, com emissão de parecer, as licitações no âmbito da CÂMARA MUNICIPAL e  
 VIII - Fazer-se presente na Sede da CÂMARA MUNICIPAL com carga mínima semanal de 20 horas, a fim de assessorar os Vereadores.

### EMPREGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO

#### CONTADOR

I - Execução de trabalhos especializados de contabilidade pública (classificação lançamentos, elaboração de Demonstrativos, análise, etc);  
 II - Gestão orçamentária, financeira e patrimonial, análise contábil;  
 III - Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade;  
 IV - Elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos; elaborar balanços gerais com os respectivos demonstrativos; elaborar registros de operações contábeis; organizar dados para a proposta orçamentária; elaborar certificados de exatidão de balanços e outras peças contábeis;  
 V- Fazer acompanhar da legislação sobre execução orçamentária; controlar empenhos e anulação de empenhos; orientar na organização de processo de tomadas de prestação de contas; assinar balanços e balancetes; fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de contabilidade de administração financeira; preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial das repartições; opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica, jurídico-contábil, financeira e orçamentária, propondo se for o caso, as soluções cabíveis em tese;  
 VI - Emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários; fornecer dados estatísticos de suas atividades; apresentar relatório de suas atividades; executar a escrituração através dos lançamentos dos atos e fatos contábeis;  
 VII - Participar da implantação e execução das normas e rotinas de controle interno e tesouraria, elaborar e acompanhar a execução do orçamento;  
 VIII - Elaborar demonstrações contábeis e a prestação de contas da Câmara Municipal e  
 IX - Prestar assessoria e preparar informações econômico-financeiras; atender às demandas dos órgãos fiscalizadores; utilizar recursos de informática; desempenhar outras tarefas afins.

#### SECRETÁRIO TÉCNICO LEGISLATIVO

I - Assessorar os vereadores, servidores e as comissões legislativas no que lhe couber;  
 II - Atender aos públicos interno e externo;  
 III - Elaborar e/ou digitar ofícios, atas, comunicados, relatórios, portarias, quadros demonstrativos e outros de interesse do legislativo;  
 IV - Efetuar a triagem de documentos, arquivá-los ou encaminhá-los às unidades competentes;  
 V- Efetuar a publicidade dos atos administrativos da CÂMARA

#### MUNICIPAL;

VI - Preparar documentos e relatórios referentes aos atos da CÂMARA MUNICIPAL e  
 VII - lavrar termos de posse;  
 VIII - secretariar a Câmara, digitando e redigindo expedientes relacionados as suas atividades;  
 IX - providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos;  
 X - Executar outras atividades correlatas às acima descritas, a critério do superior imediato.

### Decreto 1148

DECRETO Nº 1148 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA”.

CARLOS RENATO MARCON, Prefeito Municipal em exercício de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe confere a Lei nº 870 de 17 de novembro de 2009,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica anulada totalmente a dotação atribuída à atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Departamento de Educação - Setor de Ensino

Atividade - 08.0801.12.361.0031.2028 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 15 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação FNDE .....R\$ 20.000,00

Detalhamento das Destinações de Recursos - 000049 - Transferência do Salário Educação

TOTAL ANULADO.....R\$ 20.000,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a dotação atribuída à atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Departamento de Educação - Setor de Ensino

Atividade - 08.0801.12.361.0031.2029 - Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 15 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação FNDE .....R\$ 20.000,00

Detalhamento das Destinações de Recursos - 000049 - Transferência do Salário Educação

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 20.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de novembro de 2009.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em exercício

### Decreto 1149

DECRETO Nº 1149 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CARLOS RENATO MARCON, Prefeito Municipal em exercício de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 872 de 17 de novembro de 2009,

#### DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL abaixo es-



pecificado, para manter, adaptar as instalações, equipar e mobiliar a INCUBADORA TECNOLÓGICA MUNICIPAL DE LUZERNA, com a seguinte classificação:

10 - ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1001 - ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Projeto: 1001.22.661.0058.1074 - Manter, Adaptar Instalações, Equipar e Mobiliar a Incubadora Tecnológica Municipal de Luzerna.

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes .....R\$ 146.550,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos ... .....R\$ 103.450,00

Fonte de Recursos - 24 - Transferências de Convênios

Detalhamento da Destinação de Recursos - 000055 - Transferência de Convênio do Estado

Total do Crédito Adicional Especial.....R\$ 250.000,00

Art.2º- Os encargos orçamentários e financeiros, decorrentes da abertura do CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL de que trata o art. 1º deste Decreto, correrão à conta dos recursos do Convênio AAG 12.266/2009-1 N° SPP FCTP 2182/2009-2, firmado entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA e a FAPESC - Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica de Santa Catarina, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de novembro de 2009.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em exercício

## Massaranduba

### Prefeitura Municipal

#### Lei N° 1127/2009

LEI N° 1127/2009

AUTORIZA O MUNICÍPIO A REVERTER DOAÇÃO DE IMÓVEL

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a reverter a doação de uma área de terras de 1.350 m2 (um mil trezentos e cinquenta metros quadrados), recebida em doação de João Lazzaris e Otilia Lazzaris, ocorrida em 02 de Maio de 1967, confrontando com terras de Juventino Bettoni ao norte em 45 (quarenta e cinco) metros, confrontando ao sul com terras de João Lazzaris em 45 (quarenta e cinco) metros, confrontando ao Leste com terras de João Lazzaris em (quarenta e cinco) metros, e confrontando ao oeste com estrada municipal em 30 (trinta) metros.

Art. 2º O prédio edificado pela municipalidade sobre referido imóvel deverá ser objeto de indenização ao erário municipal por valor apurado em avaliação realizada por comissão de três membros.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 17 de Novembro de 2009

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretario de Administração e Finanças

#### Lei N° 1128/2009

LEI N° 1128/2009

OFICIALIZA AS VIAS R.117 E R.118.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1 . Ficam oficializadas as vias de circulação urbana R.117 e R.118.

§ 1º O gabarito da Rua R.117 é de 10,00m de leito e 2,00m de passeio para ambos os lados e uma extensão de 238,80m.

§ 2º O gabarito da Rua R.118 é de 7,00m de leito e 1,50m de passeio para ambos os lados e uma extensão de 132,40m.

§ 3º As áreas de arruamento correspondentes às vias foram doadas à Municipalidade e passarão formalmente a integrar o Patrimônio Público Municipal, na categoria de bem de uso comum do povo, conforme planta anexa.

Art. 2. A Rua R.118 substitui a Servidão 003, que torna-se inexistente.

Art. 3. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 17 de Novembro de 2009

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretario de Administração e finanças

#### Lei N° 1129/2009

LEI N° 1129 /2009

CRIA O CARGO CUIDADOR

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criado na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Massaranduba, vinculado diretamente a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social o cargo de Cuidador, com uma vaga, vinculado ao regime celetista, na modalidade ACT –Admitido em caráter temporário nos termos da Lei nr. 502/93, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sexta feira e aos sábados alternados de trabalho e folga, com remuneração de R\$ 832,77 (oitocentos e trinta e dois reais e setenta e sete centavos ) mensais.

Art. 2º São atribuições do cargo: auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos, realizando atividades de controle de medicamentos, aplicação de condutas médicas e psicológicas indicadas e aplicação de terapias indicadas.

Art. 3º São requisitos para o exercício do cargo: maior de 18 anos , ser do sexo feminino, grau de instrução mínimo de segundo grau, com experiência no tratamento de pacientes psiquiátricos ou na área da saúde, com experiência anterior de trabalho similar e empatia com adolescentes, ser aprovado em avaliação psicológica e em treinamento.

Art. 4º As despesas da presente lei correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Paço Municipal de Massaranduba, em 17 de Novembro de 2009  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,  
MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Administração e Finanças

### Lei N° 1130/2009

LEI N°. 1130 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009  
ALTERA ANEXOS DE METAS DA LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO / 2010.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aumentado o valor da seguinte ação do Anexo II – Metas e Prioridades da Lei n°. 1092/2009, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010:

Programa: 1500 - URBANIZAÇÃO DE VIAS  
Função 15 – Urbanismo  
Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana  
Ação 1064: Pavimentação de Ruas  
Unidade: M2  
Meta: 16.000  
Valor: R\$ 1.000.000,00  
Fonte: 19024 – Outras operações de crédito.

Art. 2º Para atender o disposto no art.1º desta Lei, fica aumentado o valor da Receita prevista de Operações de Crédito, na fonte 19024 em R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) no anexo I da Lei n°. 1092/2009 – Lei das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010.

Art. 3º Aplica-se a alteração do artigo 1º e 2º da presente Lei aos demais anexos da Lei n°. 1092/2009 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2010.

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 17 de Novembro de 2009.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.  
MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### Lei N° 1131/2009

LEI N°. 1131 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009  
ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0200 – GABINETE DO PREFEITO  
0201 – GABINETE DO PREFEITO  
0201.004.122.4000.2004 – Manutenção da Assessoria de Planejamento  
0201 – 31900400 – Contratações por Tempo Determinado  
0201 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 1.000,00  
0400 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

0401 – SERVIÇO DE CONTABILIDADE, TESOUREARIA E TRIBUTAÇÃO  
0401.004.123.4200.2010 – Manutenção dos Serviços Contábeis  
0401 – 31901100 – Vencimentos e vantagens fixas  
0401 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 8.000,00  
0401 – 33504100 – Contribuições  
0401 – 10000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 20.000,00

0500 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0501 – SERVIÇO DE OBRAS E COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS  
0501.015.452.1510.2040 – Conservação de Vias Urbanas  
0501 – 31900400 – Contratações por Tempo Determinado  
0501 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 17.000,00

0700 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO  
0701 – SERVIÇO DE CULTURA E ESPORTES  
0701.027.812.2700.2056 – Apoio ao Esporte Amador  
0701 – 33903900 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica  
0701 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 14.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0200 – GABINETE DO PREFEITO  
0201 – GABINETE DO PREFEITO  
0201.004.122.4000.2003 – Manutenção da Assessoria Jurídica  
0201 – 33903500 – Serviços de Consultoria  
0201 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 5.000,00

0300 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
0301 – SERVIÇO DE PESSOAL E PATRIMÔNIO  
0301.004.122.4100.2008 – Administração de Serviços Gerais  
0301 – 31900400 – Contratações por Tempo Determinado  
0301 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 5.000,00  
0301 – 31901100 – Vencimentos e vantagens fixas  
0301 – 10000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 15.000,00  
0301 – 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
0301 – 10000 – Recursos Ordinários .....R\$ 5.000,00

0500 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0501 – SERVIÇO DE OBRAS E COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS  
0501.006.182.6100.2015 – Apoio ao Corpo de Bombeiros  
0501 – 44905200 – Equipamento e Material Permanente  
0501 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 10.000,00

0501.025.752.2500.2050 – Manutenção da Rede de Iluminação Pública  
0501 – 33903000 – Material de Consumo  
0501 – 10000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00  
0501 – 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
0501 – 10000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00

0600 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
0601 – SERVIÇO DE EDUCAÇÃO  
0601.012.366.1230.2028 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos  
0601 – 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
0601 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 10.000,00

Art. 3º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 17 de Novembro de 2009  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.  
MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### Lei N° 1132/2009

LEI N°. 1132 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009  
ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :





Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
0601 - SERVIÇO DE EDUCAÇÃO  
0601.012.365.1220.2024 - Manutenção da Educação Infantil  
0601 - 31900400 - Contratações por Tempo Determinado  
0601 - 11800 - Transferências FUNDEB (aplic.prof.)..... R\$ 43.000,00  
0601.012.361.1200.2021 - Manutenção do Transporte Escolar  
0601 - 31901100 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil  
0601 - 11900 - Transferências FUNDEB (Outras aplic.) ..... R\$ 32.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0600 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
0601 - SERVIÇO DE EDUCAÇÃO  
0601.012.361.1200.2017 - Manutenção do Ensino Fundamental  
0601 - 45906100 - Aquisição de Imóveis  
0601 - 11900 - Transferências FUNDEB (outras aplic.) ..... R\$ 30.000,00  
0601.012.361.1200.2018 - Reforma de Prédios Escolares Municipais  
0601 - 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
0601 - 11900 - Transferências FUNDEB (outras aplic.) ..... R\$ 17.000,00  
0601.012.361.1200.2021 - Manutenção do Transporte Escolar  
0601 - 33903000 - Material de Consumo  
0601 - 11900 - Transferências FUNDEB (outras aplic.) ..... R\$ 15.000,00  
0601 - 339023900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
0601 - 11900 - Transferências FUNDEB (outras aplic.) ..... R\$ 13.000,00

Art. 3º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 17 de Novembro de 2009  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.  
MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### Lei N° 1133/2009

LEI N°. 1133 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009  
ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

1000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
1001.008.241.8000.2078 - Manutenção da Assistência Social ao Idoso  
1001 - 33903000 - Material de Consumo  
1001 - 10000 - Recursos Ordinários..... R\$ 3.000,00  
1001 - 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
1001 - 10000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:

1000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
1001.008.244.8000.1082 - Aquisição de Veículo para Assistência Social  
1001 - 44905200 - Equipamento e Material Permanente  
1001 - 10000 - Recursos Ordinários..... R\$ 8.000,00

Art. 3º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 17 de Novembro de 2009  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.  
MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### Lei N° 1134/2009

LEI N°. 1134 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009  
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA PARA O EXERCÍCIO DE 2010

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba, (SC), faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Massaranduba para o exercício de 2010 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 23.957.000,00( Vinte e três milhões, novecentos e cinquenta e sete mil reais).

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, convênios e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	23.015.000,00
1.1 Receita Tributária	R\$	2.322.000,00
1.2 Receita de Contribuições	R\$	440.000,00
1.3 Receita Patrimonial	R\$	573.000,00
1.4 Receita de Serviços	R\$	297.000,00
1.5 Transferências Correntes	R\$	18.865.000,00
1.6 Outras Receitas Correntes	R\$	518.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.570.000,00
2.1 Operações de Créditos	R\$	2.000.000,00
2.2 Alienação de Bens	R\$	40.000,00
2.3 Transferências de Capital	R\$	530.000,00
3. Deduções Receita Transferência FUNDEB	R\$	3.096.000,00
TOTAL	R\$	22.489.000,00

§ 2º A Despesa do Poder Executivo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02 - GABINETE DO PREFEITO	R\$	490.000,00
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	R\$	1.690.000,00
04 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SER.URB	R\$	5.890.000,00
05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULT.ESP.E TURISMO TURISMO	R\$	7.156.000,00
08- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	R\$	210.000,00
09- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE AMBBIENTE	R\$	750.000,00
00- ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	880.000,00
99- RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	250.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	5.173.000,00
TOTAL	R\$	22.489.000,00



**II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

04 – ADMINISTRAÇÃO	R\$	2.340.000,00
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	R\$	180.000,00
12 – EDUCAÇÃO	R\$	6.526.000,00
13 – CULTURA	R\$	270.000,00
15 – URBANISMO	R\$	3.410.000,00
16 – HABITAÇÃO	R\$	50.000,00
18 – GESTÃO AMBIENTAL	R\$	5.000,00
20 – AGRICULTURA	R\$	745.000,00
22 – INDÚSTRIA	R\$	50.000,00
25 – ENERGIA	R\$	500.000,00
26 – TRANSPORTE	R\$	1.750.000,00
27 – DESPORTO E LAZER	R\$	360.000,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	880.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	250.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	5.173.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>22.489.000,00</b>

**III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

DESPESAS CORRENTES	R\$	12.326.000,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	6.851.000,00
3.2.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	R\$	30.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	5.445.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	4.740.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	R\$	4.262.000,00
4.5.00.00 – Inversões Financeiras	R\$	148.000,00
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	R\$	330.000,00
9.9.99.99 – Reserva de Contingência	R\$	250.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	5.173.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>22.489.000,00</b>

Art 2º. O orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o exercício financeiro de 2010, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil reais).

§ 1º. – A receita relativa ao orçamento será oriunda de transferências financeiras da Prefeitura Municipal de Massaranduba.

1. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	1.200.000,00
1.1 - Transferências Financeiras	R\$	1.200.000,00
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>R\$</b>	<b>1.200.000,00</b>

§ 2º A despesa relativa ao orçamento a que se refere esse artigo é fixada segundo a discriminação dos anexos constantes, da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	R\$	996.000,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	745.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	251.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	204.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	R\$	104.000,00
4.5.00.00 – Inversões Financeiras	R\$	100.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>1.200.000,00</b>

Art 3º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício financeiro de 2010, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 5.011.000,00( Cinco milhões e onze mil reais)

§ 1º A receita será realizada mediante a arrecadação de transferências da União, Estado e de outras receitas próprias do Fundo, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	1.293.000,00
1.1 Receita Tributária	R\$	22.000,00
1.2 Receita Patrimonial	R\$	40.000,00
1.3 Receitas de Serviços	R\$	180.000,00
1.4 Transferências Correntes	R\$	1.046.000,00
1.5 Outras Receitas Correntes	R\$	5.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	100.000,00
2.1 Transferências de Capital	R\$	100.000,00
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>R\$</b>	<b>1.393.000,00</b>
Transferências Financeiras	R\$	3.618.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$</b>	<b>5.011.000,00</b>

§ 2º A despesa relativa ao orçamento a que se refere esse artigo é fixada segundo a discriminação dos anexos constantes e da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	R\$	4.202.000,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	3.154.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	1.048.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	809.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	R\$	809.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>5.011.000,00</b>

Art 4º O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício financeiro de 2010, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 430.000,00(Quatrocentos e trinta mil reais).

§ 1º A receita relativa ao orçamento será oriunda de transferências da União, Estado e de outras receitas próprias do Fundo, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	75.000,00
1.1 Receita Patrimonial	R\$	5.000,00
1.2 Transferências Correntes	R\$	67.000,00
1.3 Outras Receitas Correntes	R\$	3.000,00
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>R\$</b>	<b>75.000,00</b>
Transferências Financeiras	R\$	355.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$</b>	<b>430.000,00</b>

§ 2º A despesa relativa ao orçamento a que se refere esse artigo é fixada segundo a discriminação dos anexos constantes, da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	R\$	363.000,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	118.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	245.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	67.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	R\$	67.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>430.000,00</b>

Art 5º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de Riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme abaixo:

**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	
1. Processos de Desapropriação	R\$	20.000,00
2. Ações Trabalhistas	R\$	20.000,00
3. Intempéries	R\$	180.000,00
4. Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor	R\$	10.000,00



5. Ocorrência de Fatos não Previstos em	R\$	20.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>250.000,00</b>

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2010 os riscos fiscais relacionados aos eventos previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2010 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para Abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art 6º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art 7º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º. Da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 20% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, desde que não comprometidos.

II – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Se exclue desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art 8º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fonte oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art 9º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art 10. Durante o exercício de 2010 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art 11. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2010, a partir de 1º. de Janeiro.

Paço Municipal de Massaranduba, em 17 de Novembro de 2009.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra  
MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### DECRETO N° 1861/2009

DECRETO N°. 1861 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTARES

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições de de acordo com a Lei nº. 1061 de 16 de Dezembro de 2008, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0600 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
0601 – SERVIÇO DE EDUCAÇÃO  
0601.012.361.1200.2018 – Reforma de Prédios Escolares Municipais  
0601 – 33903000 – Material de Consumo  
0601 – 30100 – Receita de Impostos e Transf. Impostos/Educação..... R\$ 5.000,00  
0601 – 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
0601 – 30100 – Receita de Impostos e Transf. Impostos/Educação..... R\$ 3.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2008.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MASSARANDUBA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2009  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra  
MAURÍCIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### DECRETO N° 1862/2009

DECRETO N°. 1862 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009  
ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a lei nº 1131 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0200 – GABINETE DO PREFEITO  
0201 – GABINETE DO PREFEITO  
0201.004.122.4000.2004 – Manutenção da Assessoria de Planejamento  
0201 – 31900400 – Contratações por Tempo Determinado  
0201 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 1.000,00  
0400 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS  
0401 – SERVIÇO DE CONTABILIDADE, TESOURARIA E TRIBUTAÇÃO  
0401.004.123.4200.2010 – Manutenção dos Serviços Contábeis  
0401 – 31901100 – Vencimentos e vantagens fixas  
0401 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 8.000,00  
0401 – 33504100 – Contribuições  
0401 – 10000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 20.000,00  
0500 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0501 – SERVIÇO DE OBRAS E COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS



0501.015.452.1510.2040 – Conservação de Vias Urbanas  
 0501 – 31900400 – Contratações por Tempo Determinado  
 0501 – 10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 17.000,00

0700 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO  
 0701 – SERVIÇO DE CULTURA E ESPORTES  
 0701.027.812.2700.2056 – Apoio ao Esporte Amador  
 0701 – 33903900 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica  
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 14.000,00

**Art. 2º.** Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0200 – GABINETE DO PREFEITO  
 0201 – GABINETE DO PREFEITO  
 0201.004.122.4000.2003 – Manutenção da Assessoria Jurídica  
 0201 – 33903500 – Serviços de Consultoria  
 0201 – 10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 5.000,00

0300 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
 0301 – SERVIÇO DE PESSOAL E PATRIMONIO  
 0301.004.122.4100.2008 – Administração de Serviços Gerais  
 0301 – 31900400 – Contratações por Tempo Determinado  
 0301 – 10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 5.000,00  
 0301 – 31901100 – Vencimentos e vantagens fixas  
 0301 – 10000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 15.000,00  
 0301 – 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
 0301 – 10000 – Recursos Ordinários .....R\$ 5.000,00

0500 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 0501 – SERVIÇO DE OBRAS E COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS  
 0501.006.182.6100.2015 – Apoio ao Corpo de Bombeiros  
 0501 – 44905200 – Equipamento e Material Permanente  
 0501 – 10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 10.000,00

0501.025.752.2500.2050 – Manutenção da Rede de Iluminação Pública  
 0501 – 33903000 – Material de Consumo  
 0501 – 10000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00  
 0501 – 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
 0501 – 10000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00

0600 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
 0601 – SERVIÇO DE EDUCAÇÃO  
 0601.012.366.1230.2028 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos  
 0601 – 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
 0601 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 10.000,00

**Art. 3º.** O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 17 de Novembro de 2009  
**MÁRIO FERNANDO REINKE**  
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.  
**MAURICIO PRAWUTZKI**  
 Secretário de Adm. e Finanças

### **DECRETO N° 1863/2009**

DECRETO N°. 1863 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009  
 ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a lei nº. 1133 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

**Art.1º.** Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0600 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
 0601 – SERVIÇO DE EDUCAÇÃO  
 0601.012.365.1220.2024 – Manutenção da Educação Infantil  
 0601 – 31900400 – Contratações por Tempo Determinado  
 0601 – 11800 – Transferências FUNDEB (aplic.prof.)..... R\$ 43.000,00

0601.012.361.1200.2021 – Manutenção do Transporte Escolar  
 0601 – 31901100 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil  
 0601 – 11900 – Transferências FUNDEB (Outras aplic) ..... R\$ 32.000,00

**Art. 2º.** Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0600 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
 0601 – SERVIÇO DE EDUCAÇÃO  
 0601.012.361.1200.2017 – Manutenção do Ensino Fundamental  
 0601 – 45906100 – Aquisição de Imóveis  
 0601 – 11900 – Transferências FUNDEB (outras aplic) ..... R\$ 30.000,00  
 0601.012.361.1200.2018 – Reforma de Prédios Escolares Municipais  
 0601 – 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
 0601 -11900 – Transferências FUNDEB (outras aplic.) ..... R\$ 17.000,00  
 0601.012.361.1200.2021 – Manutenção do Transporte Escolar  
 0601 – 33903000 – Material de Consumo  
 0601 -11900 – Transferências FUNDEB (outras aplic.) ..... R\$ 15.000,00  
 0601 – 339023900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
 0601 -11900 – Transferências FUNDEB (outras aplic.) ..... R\$ 13.000,00

**Art. 3º.** O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 17 de Novembro de 2009  
**MÁRIO FERNANDO REINKE**  
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.  
**MAURICIO PRAWUTZKI**  
 Secretário de Adm. e Finanças

### **DECRETO N° 1864/2009**

DECRETO N°. 1864 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009  
 ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a lei nº. 1133 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

**Art.1º.** Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

1000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 1001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 1001.008.241.8000.2078 – Manutenção da Assistência Social ao Idoso  
 1001 – 33903000 – Material de Consumo  
 1001 – 10000 - Recursos Ordinários..... R\$ 3.000,00  
 1001 – 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
 1001 – 10000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00

**Art. 2º.** Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:

1000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 1001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 1001.008.244.8000.1082 – Aquisição de Veículo para Assistência Social  
 1001 – 44905200 – Equipamento e Material Permanente  
 1001 – 10000 - Recursos Ordinários..... R\$ 8.000,00

**Art. 3º.** O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 17 de Novembro de 2009  
**MÁRIO FERNANDO REINKE**  
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.  
**MAURICIO PRAWUTZKI**  
 Secretário de Adm. e Finanças





**Pregão N° 34/2009**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 90/2009  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 34/2009-PMM

A Prefeitura Municipal de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de pneus para manutenção de ônibus escolares da frota municipal.  
ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:15 hs do dia 01/12/2009  
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30 hs do dia 01/12/2009. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 7:30 as 11:30 hs e das 13:00 as 17:00 hs ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 18 de Novembro de 2009.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

**Meleiro**

**Prefeitura Municipal**

**Decreto N° 067/2009**

DECRETO N.º 067/2009.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.323/2008, de 12 de Dezembro de 2008.

**D E C R E T A**

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), neste termo:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO	
040112.365.2006 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.12.0 – Aplicações Diretas (42)	R\$ 35.000,00
Total .....	R\$ 35.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parciais das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO	
040112.361.2006 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.12.0 – Aplicações Diretas (41)	R\$ 15.000,00
040112.365.2006 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.13.0 – Aplicações Diretas (43)	R\$ 20.000,00
Total .....	R\$ 35.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Novembro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta na data supra.

**Decreto N° 068/2009**

DECRETO N.º 068/2009.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.323/2008, de 12 de Dezembro de 2008.

**D E C R E T A**

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais), neste termo:

06 – SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	
060226782.2019 – Manutenção dos Serviços/Trânsito Seguro	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas (131)	R\$ 5.500,00
Total .....	R\$ 5.500,00

Art. 2.º Para atender o crédito que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

06 – SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	
060226782.2019 – Manutenção dos Serviços/Trânsito Seguro	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas (131)	R\$ 5.500,00
Total .....	R\$ 5.500,00

Art. 3.º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Novembro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta data supra.

**Paulo Lopes**

**Prefeitura Municipal**

**Lei N° 1359**

LEI N° 1359 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2009.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica O Chefe do Poder Executivo autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 475.250,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e cinquenta reais), de acordo com as especificações seguintes:

0101 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES R\$ 52.000,00  
013100012.001 – Func. e Manutenção da Câmara Municipal R\$ 52.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 52.000,00

0201 – GABINETE DO PREFEITO R\$ 34.000,00  
0412200062.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 34.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 60.000,00  
0412200091.005 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 60.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

0401 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS R\$ 15.250,00  
0412300122.006 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 15.250,00



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 14.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.250,00

0501– SECRETARIA DA SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 500,00  
175110034.2.010 – Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 500,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

0503 – SECRETARIA AS SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 1.000,00  
0824400282.014 – Manutenção do Fundo Mun. da Assistência Social R\$ 1.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0601 – SECRETARIA DA FAMÍLIA E HABITAÇÃO R\$ 2.000,00  
1648200402.050 – Manutenção da Secretaria da Família R\$ 2.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

0701 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO R\$ 127.900,00  
0836700182.025 – Atendimento ao Deficiente R\$ 5.000,00  
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
1236100182.022 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 114.900,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 44.900,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.18 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.18 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.19 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
1236100182.024 – Manutenção do Transporte Escolar R\$ 8.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.19 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

0801 – SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 6.500,00  
2369500512.035 – Manutenção da Sec. de Turismo e Meio Ambiente R\$ 6.500,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

0901 – SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE R\$ 2.000,00  
2781200212.027 – Apoio ao Esporte Amador R\$ 2.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

1001 – SECRETARIA DE TRANSP., OBRAS E SERV. URBANOS R\$ 80.000,00  
2678200312.031 – Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 80.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

1101 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA R\$ 30.000,00  
2060600482.038 – Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 30.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

1201 – ENCARGOS GERAIS R\$ 200,00  
2884300000.042 – Amortização e Encargos da Dívida Interna R\$ 200,00  
3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 200,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 63.900,00  
1030100252.052 – Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 63.900,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.14 – Aplicações Diretas R\$ 62.900,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas no valor de R\$ 445.250,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais) e pelo excesso da fonte 0.1.18 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

0101 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES R\$ 18.000,00  
013100012.001 – Func. e Manutenção da Câmara Municipal R\$ 18.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 3.550,00  
0412200091.005 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 3.550,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 3.550,00

0401 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS R\$ 1.250,00  
0412300122.006 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 1.250,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.250,00

0501– SECRETARIA DA SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 130,00  
175110034.2.010 – Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 130,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 130,00

0502 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 4.500,00  
0824300272.007 – Manutenção do Fundo da Criança e do Adolescente R\$ 4.500,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

0503 – SECRETARIA AS SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 11.950,00

0824100282.013 – Integração dos Idosos R\$ 4.200,00  
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00 – Transferências a Instituições Privadas R\$ 4.200,00  
0824400282.014 – Manutenção do Fundo Mun. da Assistência Social R\$ 7.750,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00 – Transferências a Instituições Privadas R\$ 5.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 750,00

0601 – SECRETARIA DA FAMÍLIA E HABITAÇÃO R\$ 2.410,00  
1648200401.015 – Construção de Casas Populares R\$ 910,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 910,00  
1648200402.050 – Manutenção da Secretaria da Família R\$ 1.500,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

0701 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO R\$ 201.450,00  
1236100181.020 – Construção de Sala de Informática R\$ 40.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.19 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
1236500181.018 – Construção e Ampliação de Escolas R\$ 18.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.19 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00  
1236100182.022 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 112.900,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 3.500,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 9.400,00  
1236100182.024 – Manutenção do Transporte Escolar R\$ 10.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
1236500182.021 – Manutenção do Ensino Infantil R\$ 20.550,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 8.550,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.18 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0901 – SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE R\$ 780,00  
2781200212.027 – Apoio ao Esporte Amador R\$ 780,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 780,00

1001 – SECRETARIA DE TRANSP., OBRAS E SERV. URBANOS R\$ 1.180,00  
2678200311.033 – Pavimentação de Ruas R\$ 320,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 320,00  
2678200312.031 – Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 860,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 860,00

1101 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA R\$ 390,00  
2060600482.038 – Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 390,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 390,00

1201 – ENCARGOS GERAIS R\$ 10.000,00  
0412200000.041 – Contribuição a Entidades Municipalistas R\$ 10.000,00  
3.5.50.00.00.00.00.00.0.1.00 – Transferências a Instituições Privadas R\$ 10.000,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 189.660,00  
1030100251.044 – Construção e Ampliação de Unidades de Saúde R\$ 4.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00  
1030100251.046 – Aquisição de Veículos e Equipamentos R\$ 560,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 560,00  
1030100252.045 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 121.200,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 75.200,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 46.000,00  
1030100252.054 – Manutenção do Programa Saúde Bucal R\$ 63.900,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.2.14 – Aplicações Diretas R\$ 60.900,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.2.14 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes 18 de novembro de 2009.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios no dia 19 de novembro de 2009

## DECRETO N° 47/2009

DECRETO 47/2009

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica O Chefe do Poder Executivo autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 475.250,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e cinquenta reais), de acordo com as especificações seguintes:

0101 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES R\$ 52.000,00  
013100012.001 – Func. e Manutenção da Câmara Municipal R\$ 52.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 52.000,00

0201 – GABINETE DO PREFEITO R\$ 34.000,00  
0412200062.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 34.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 60.000,00  
0412200091.005 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 60.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

0401 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS R\$ 15.250,00  
0412300122.006 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 15.250,00  
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 14.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.250,00

0501 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 500,00  
175110034.2.010 – Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 500,00  
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

0503 – SECRETARIA AS SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 1.000,00  
0824400282.014 – Manutenção do Fundo Mun. da Assistência Social R\$ 1.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0601 – SECRETARIA DA FAMÍLIA E HABITAÇÃO R\$ 2.000,00  
1648200402.050 – Manutenção da Secretaria da Família R\$ 2.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

0701 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO R\$ 127.900,00  
0836700182.025 – Atendimento ao Deficiente R\$ 5.000,00  
3.3.50.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
1236100182.022 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 114.900,00  
3.1.90.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 44.900,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.0.1.18 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.18 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.19 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
1236100182.024 – Manutenção do Transporte Escolar R\$ 8.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.19 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

0801 – SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 6.500,00  
2369500512.035 – Manutenção da Sec. de Turismo e Meio Ambiente R\$ 6.500,00  
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

0901 – SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE R\$ 2.000,00  
2781200212.027 – Apoio ao Esporte Amador R\$ 2.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

1001 – SECRETARIA DE TRANSP., OBRAS E SERV. URBANOS R\$ 80.000,00  
2678200312.031 – Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 80.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

1101 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA R\$ 30.000,00  
2060600482.038 – Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 30.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

1201 – ENCARGOS GERAIS R\$ 200,00  
2884300000.042 – Amortização e Encargos da Dívida Interna R\$ 200,00  
3.2.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 200,00

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 63.900,00  
1030100252.052 – Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 63.900,00  
3.1.90.00.00.00.00.0.2.14 – Aplicações Diretas R\$ 62.900,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas no valor de R\$ 445.250,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, duzentos

e cinquenta reais) e pelo excesso da fonte 0.1.18 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

0101 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES R\$ 18.000,00  
013100012.001 – Func. e Manutenção da Câmara Municipal R\$ 18.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 3.550,00  
0412200091.005 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 3.550,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 3.550,00

0401 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS R\$ 1.250,00  
0412300122.006 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 1.250,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.250,00

0501 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 130,00  
175110034.2.010 – Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 130,00  
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 130,00

0502 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 4.500,00  
0824300272.007 – Manutenção do Fundo da Criança e do Adolescente R\$ 4.500,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

0503 – SECRETARIA AS SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 11.950,00  
0824100282.013 – Integração dos Idosos R\$ 4.200,00  
3.3.50.00.00.00.00.0.1.00 – Transferências a Instituições Privadas R\$ 4.200,00  
0824400282.014 – Manutenção do Fundo Mun. da Assistência Social R\$ 7.750,00  
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
3.3.50.00.00.00.00.0.1.00 – Transferências a Instituições Privadas R\$ 5.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 750,00

0601 – SECRETARIA DA FAMÍLIA E HABITAÇÃO R\$ 2.410,00  
1648200401.015 – Construção de Casas Populares R\$ 910,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 910,00  
1648200402.050 – Manutenção da Secretaria da Família R\$ 1.500,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

0701 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO R\$ 201.450,00  
1236100181.020 – Construção de Sala de Informática R\$ 40.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.19 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
1236500181.018 – Construção e Ampliação de Escolas R\$ 18.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.19 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00  
1236100182.022 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 112.900,00  
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
3.3.50.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 3.500,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 9.400,00  
1236100182.024 – Manutenção do Transporte Escolar R\$ 10.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
1236500182.021 – Manutenção do Ensino Infantil R\$ 20.550,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 8.550,00  
3.1.90.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.18 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0901 – SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE R\$ 780,00  
2781200212.027 – Apoio ao Esporte Amador R\$ 780,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 780,00

1001 – SECRETARIA DE TRANSP., OBRAS E SERV. URBANOS R\$ 1.180,00  
2678200311.033 – Pavimentação de Ruas R\$ 320,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 320,00  
2678200312.031 – Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 860,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 860,00

1101 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA R\$ 390,00  
2060600482.038 – Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 390,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 390,00

1201 – ENCARGOS GERAIS R\$ 10.000,00  
0412200000.041 – Contribuição a Entidades Municipalistas R\$ 10.000,00  
3.5.50.00.00.00.00.0.1.00 – Transferências a Instituições Privadas R\$ 10.000,00

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 189.660,00  
1030100251.044 – Construção e Ampliação de Unidades de Saúde R\$ 4.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00  
1030100251.046 – Aquisição de Veículos e Equipamentos R\$ 560,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 560,00  
1030100252.045 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 121.200,00



3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 75.200,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 46.000,00  
 1030100252.054 – Manutenção do Programa Saúde Bucal R\$ 63.900,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.2.14 – Aplicações Diretas R\$ 60.900,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.2.14 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes 18 de novembro de 2009.  
 EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios no dia 19 de novembro de 2009

### Extrato de Contrato 107-2009

EXTRATO DO CONTRATO N° 107/2009 CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO N° 62/2009.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Terrazimba Transporte e Turismo Ltda - ME, CNPJ n° 08.278.825/0001-84.

Objeto: Contratação de Empresa para Transporte de Pacientes.

Valor Estimado: R\$ 185,00 (Cento e oitenta e cinco reais) por dia, pagos mensalmente.

Vigência: 31/12/2009.

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária/ Balanço Orçamentário

Município de PAULO LOPES  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>10.017.800,00</b>	<b>10.017.800,00</b>	<b>1.770.009,05</b>	<b>17,67</b>	<b>8.143.735,05</b>	<b>81,29</b>	<b>1.874.064,95</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>9.448.800,00</b>	<b>9.448.800,00</b>	<b>1.668.273,05</b>	<b>17,66</b>	<b>7.847.999,05</b>	<b>83,06</b>	<b>1.600.800,95</b>
RECEITA TRIBUTARIA	1.015.000,00	1.015.000,00	300.284,35	29,58	1.320.568,89	130,11	-305.568,89
IMPOSTOS	878.000,00	878.000,00	294.706,76	33,57	1.202.028,65	136,91	-324.028,65
TAXAS	137.000,00	137.000,00	5.577,59	4,07	118.540,24	86,53	18.459,76
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	270.000,00	270.000,00	43.806,79	16,22	223.801,84	82,89	46.198,16
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	270.000,00	270.000,00	43.806,79	16,22	223.801,84	82,89	46.198,16
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	4.506,28	0,00	20.470,96	0,00	-20.470,96
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	3.506,28	0,00	19.470,96	0,00	-19.470,96
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	-1.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	48.000,00	48.000,00	5.045,50	10,51	38.907,08	81,06	9.092,92
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.356.000,00	7.356.000,00	1.303.072,70	17,71	6.181.321,72	84,03	1.174.678,28
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.341.000,00	7.341.000,00	1.303.072,70	17,75	6.181.321,72	84,20	1.159.678,28
Transf. de Instituições Privadas	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Transf. de Pessoas	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	759.800,00	759.800,00	11.557,43	1,52	62.928,56	8,28	696.871,44
Multas e Juros de Mora	40.000,00	40.000,00	5.507,89	13,77	27.344,99	68,36	12.655,01
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	1.710,89	11,40	13.289,31
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	70.000,00	70.000,00	6.030,77	8,62	31.350,86	44,79	38.649,14
RECEITAS DIVERSAS	634.800,00	634.800,00	18,77	0,00	2.522,02	0,40	632.277,98
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>569.000,00</b>	<b>569.000,00</b>	<b>101.736,00</b>	<b>17,88</b>	<b>295.736,00</b>	<b>51,97</b>	<b>273.264,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	519.000,00	519.000,00	101.736,00	19,60	295.736,00	56,98	223.264,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	519.000,00	519.000,00	101.736,00	19,60	295.736,00	56,98	223.264,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>10.017.800,00</b>	<b>10.017.800,00</b>	<b>1.770.009,05</b>	<b>17,67</b>	<b>8.143.735,05</b>	<b>81,29</b>	<b>1.874.064,95</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>10.017.800,00</b>	<b>10.017.800,00</b>	<b>1.770.009,05</b>	<b>17,67</b>	<b>8.143.735,05</b>	<b>81,29</b>	<b>1.874.064,95</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>10.017.800,00</b>	<b>10.017.800,00</b>	<b>1.770.009,05</b>	<b>17,67</b>	<b>8.143.735,05</b>	<b>81,29</b>	<b>1.874.064,95</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>102.627,69</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>10.017.800,00</b>	<b>597.362,00</b>	<b>10.615.162,00</b>	<b>1.650.769,52</b>	<b>8.414.284,42</b>	<b>1.612.878,79</b>	<b>7.774.075,16</b>	<b>73,24</b>	<b>2.841.086,84</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>8.514.200,00</b>	<b>207.975,69</b>	<b>8.722.175,69</b>	<b>1.457.169,81</b>	<b>7.537.543,20</b>	<b>1.477.406,31</b>	<b>7.303.076,06</b>	<b>83,73</b>	<b>1.419.099,63</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.865.650,00	87.580,00	4.953.230,00	846.902,89	4.299.143,45	797.611,83	4.249.852,39	85,80	703.377,61
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	0,00	1.000,00	187,24	877,36	187,24	877,36	87,74	122,64
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.647.550,00	120.395,69	3.767.945,69	610.079,68	3.237.522,39	679.607,24	3.052.346,31	81,01	715.599,38
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.498.600,00</b>	<b>389.386,31</b>	<b>1.887.986,31</b>	<b>193.599,71</b>	<b>876.741,22</b>	<b>135.472,48</b>	<b>470.999,10</b>	<b>24,95</b>	<b>1.416.987,21</b>
INVESTIMENTOS	1.378.600,00	389.386,31	1.767.986,31	177.960,42	779.602,06	119.833,19	373.859,94	21,15	1.394.126,37
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	120.000,00	0,00	120.000,00	15.639,29	97.139,16	15.639,29	97.139,16	80,95	22.860,84
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>10.017.800,00</b>	<b>597.362,00</b>	<b>10.615.162,00</b>	<b>1.650.769,52</b>	<b>8.414.284,42</b>	<b>1.612.878,79</b>	<b>7.774.075,16</b>	<b>73,24</b>	<b>2.841.086,84</b>





DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>10.017.800,00</b>	<b>597.362,00</b>	<b>10.615.162,00</b>	<b>1.650.769,52</b>	<b>8.414.284,42</b>	<b>1.612.878,79</b>	<b>7.774.075,16</b>	<b>73,24</b>	<b>2.841.086,84</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>369.659,89</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>10.017.800,00</b>	<b>597.362,00</b>	<b>10.615.162,00</b>	<b>1.650.769,52</b>	<b>8.414.284,42</b>	<b>1.612.878,79</b>	<b>8.143.735,05</b>	<b>73,24</b>	<b>2.841.086,84</b>

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PAULO LOPES, 12/11/2009

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA  
Secretário de Finanças

ZENITA FELICIANO DA SILVA  
Diretora de Controle Interno

GILBERTO BRASIL  
Contador SC-020709/0-9

## Relatório resumido da execução orçamentária/demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção

Município de PAULO LOPES  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>10.017.800,00</b>	<b>10.615.162,00</b>	<b>1.650.769,52</b>	<b>8.414.284,42</b>	<b>1.612.878,79</b>	<b>7.774.075,16</b>	<b>100,00</b>	<b>73,24</b>	<b>2.841.086,84</b>
Legislativa	450.000,00	480.000,00	80.856,87	404.296,99	80.856,87	404.296,99	5,20	84,23	75.703,01
Ação Legislativa	450.000,00	480.000,00	80.856,87	404.296,99	80.856,87	404.296,99	5,20	84,23	75.703,01
Administração	1.162.000,00	1.176.000,00	164.392,41	1.128.351,16	195.617,84	1.110.201,47	14,28	94,40	65.798,53
Administração Geral	872.000,00	861.000,00	119.952,64	829.385,37	144.418,98	816.155,74	10,50	94,79	44.844,26
Administração Financeira	290.000,00	315.000,00	44.439,77	298.965,79	51.198,86	294.045,73	3,78	93,35	20.954,27
Assistência Social	352.000,00	439.932,00	49.944,29	334.845,11	61.766,74	321.998,03	4,14	73,19	117.933,97
Assistência ao Idoso	27.000,00	27.000,00	0,00	18.115,95	3.700,00	12.815,95	0,16	47,47	14.184,05
Assistência à Criança e ao Adolescente	60.000,00	160.932,00	7.786,06	131.993,79	8.868,05	131.759,58	1,69	81,87	29.172,42
Assistência Comunitária	184.000,00	156.000,00	18.164,24	93.595,60	21.438,19	87.919,17	1,13	56,36	68.080,83
Alimentação e Nutrição	50.000,00	65.000,00	16.448,39	64.704,01	20.214,90	63.067,57	0,81	97,03	1.932,43
Educação Especial	31.000,00	31.000,00	7.545,60	26.435,76	7.545,60	26.435,76	0,34	85,28	4.564,24
Saúde	2.658.550,00	2.704.600,00	484.854,61	2.041.683,23	441.290,33	1.951.000,21	25,10	72,14	753.599,79
Atenção Básica	2.658.550,00	2.704.600,00	484.854,61	2.041.683,23	441.290,33	1.951.000,21	25,10	72,14	753.599,79
Educação	2.709.250,00	2.683.877,69	339.581,67	2.050.892,29	418.473,49	1.939.365,07	24,95	72,26	744.512,62
Ensino Fundamental	2.299.250,00	2.203.877,69	310.975,54	1.861.470,16	388.906,86	1.750.138,44	22,51	79,41	453.739,25
Educação Infantil	410.000,00	480.000,00	28.606,13	189.422,13	29.566,63	189.226,63	2,43	39,42	290.773,37
Urbanismo	476.000,00	470.000,00	120.000,00	470.000,00	83.563,74	400.744,57	5,15	84,55	73.255,43
Serviços Urbanos	470.000,00	470.000,00	120.000,00	470.000,00	83.563,74	400.744,57	5,15	85,26	69.255,43
Transportes Coletivos Urbanos	6.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Habitação	97.000,00	68.000,00	26.439,34	62.136,97	26.723,36	61.989,24	0,80	91,16	6.010,76
Habitação Urbana	97.000,00	68.000,00	26.439,34	62.136,97	26.723,36	61.989,24	0,80	91,16	6.010,76
Saneamento	496.000,00	426.568,00	31.556,56	138.945,65	28.363,86	131.610,45	1,69	30,85	294.957,55
Saneamento Básico Rural	470.000,00	406.568,00	31.556,56	138.945,65	28.363,86	131.610,45	1,69	32,37	274.957,55
Saneamento Básico Urbano	26.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Agricultura	192.000,00	442.500,00	29.555,93	176.340,37	36.692,88	171.870,01	2,21	38,84	270.629,99
Extensão Rural	192.000,00	442.500,00	29.555,93	176.340,37	36.692,88	171.870,01	2,21	38,84	270.629,99
Indústria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Promoção Industrial	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Comércio e Serviços	41.000,00	47.000,00	10.140,47	45.399,82	10.120,52	45.379,87	0,58	96,55	1.620,13
Turismo	41.000,00	47.000,00	10.140,47	45.399,82	10.120,52	45.379,87	0,58	96,55	1.620,13
Transporte	1.067.000,00	1.352.684,31	286.209,98	1.279.556,87	175.610,90	958.359,87	12,33	70,85	394.324,44
Desporto e Lazer	100.000,00	103.000,00	11.410,86	93.819,44	12.392,73	90.313,84	1,16	87,68	12.686,16
Desporto Comunitário	100.000,00	103.000,00	11.410,86	93.819,44	12.392,73	90.313,84	1,16	87,68	12.686,16
Encargos Especiais	211.000,00	211.000,00	15.826,53	188.016,52	41.405,53	186.945,54	2,40	88,60	24.054,46
Serviço da Dívida Interna	121.000,00	121.000,00	15.826,53	98.016,52	15.826,53	98.016,52	1,26	81,01	22.983,48
Transferências	90.000,00	90.000,00	0,00	90.000,00	25.579,00	88.929,02	1,14	98,81	1.070,98
Reserva de Contingência	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Reserva de Contingência	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>10.017.800,00</b>	<b>10.615.162,00</b>	<b>1.650.769,52</b>	<b>8.414.284,42</b>	<b>1.612.878,79</b>	<b>7.774.075,16</b>	<b>100,00</b>	<b>73,24</b>	<b>2.841.086,84</b>

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PAULO LOPES, 12/11/2009

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA  
Secretário de Finanças

ZENITA FELICIANO DA SILVA  
Diretora de Controle Interno

GILBERTO BRASIL  
Contador SC-020709/0-9



**Controle da origem e dos gastos com ensino/mês de outubro de 2009****PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO****MÊS DE OUTUBRO DE 2009**

<b>1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
<b>Receitas Oriundas de Impostos</b>	<b>Arrecadação Até o Mês</b>
1.1 - IPTU	100.256,14
1.2 - ITBI	14.851,98
1.3 - ISS	1.007.414,39
1.4 - FPM	2.934.057,84
1.5 - IRRF	79.506,14
1.6 - ICMS	1.599.680,87
1.7 - IPI	33.496,36
1.8 - IPVA	306.528,24
1.9 - ITR	6.182,79
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	11.485,44
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	19.524,91
1.12 - Multas e Juros	11.289,33
<b>TOTAL</b>	<b>6.124.274,43</b>

<b>2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO</b>	
<b>Especificação</b>	<b>Acumulado até o Mês</b>
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	1.531.068,61
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	1.136.256,10
2.3 - Convênios	295.737,31
<b>TOTAL</b>	<b>2.963.062,02</b>

<b>3 - APLICAÇÃO</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Exigência Legal ( 1 )</b>	<b>Realizada ( 2 )</b>	<b>Diferença ( 3 )</b>
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	978.286,31	977.646,55	-639,76
3.2 - Professor em Efetivo Exercício	681.753,66	745.205,52	63.451,86
3.3 - Ensino	1.007.284,74	846.886,57	-160.398,17
3.4 - Convênio	295.737,31	295.737,31	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.963.062,02</b>	<b>2.865.475,95</b>	<b>-97.586,07</b>

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;  
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Paulo Lopes, 12 de novembro de 2009.

% aplicado = 23,41

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO



**Câmara de Vereadores****Resolução N° 05**

RESOLUÇÃO N°. 05 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2009  
INSTITUI A COMISSÃO TEMPORÁRIA ESPECIAL PARA DEBATER  
SOBRE A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

JOSÉ ANTÔNIO ROGÉRIO, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de acordo com o aprovado pelo Plenário, baixa a seguinte,

**RESOLUÇÃO:**

Art. 1º Na forma do art. 46, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Paulo Lopes/SC, fica instituída a Comissão Temporária Especial para debater sobre a Municipalização do Ensino Fundamental no Município de Paulo Lopes.

Art. 2º A referida comissão será composta pelos vereadores Marize Menezes Wheeler, esta na posição de presidente da comissão, e como membros os Vereadores Marcolina Cardoso de Assis, Oziel Evaldo Silva e Célio Machado.

Art. 3º Esta Resolução tem como prazo de validade o período de 03 (três) meses, a contar do dia subsequente à data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 10 de novembro de 2009.

JOSÉ ANTÔNIO ROGÉRIO

Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes/SC.

Publicada a presente Resolução no Mural Oficial da Câmara em 10 de Novembro de 2009.

**Resolução N° 06**

RESOLUÇÃO N°. 06 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2009  
INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS COMO ÓRGÃO DE  
PUBLICAÇÃO LEGAL DA CÂMARA DE VEREADORES.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Paulo Lopes, no uso da atribuição e na forma da Lei n° 1323, de 31 de março de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Legislativo do Município de Paulo Lopes.

Parágrafo único. A partir do dia da primeira publicação, o Diário Oficial dos Municípios substitui as demais formas de publicação e será veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Parágrafo único. A assinatura digital do Diário Oficial dos Municípios ficará sob responsabilidade do Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

Art. 3º Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da data da disponibilização do Diário Oficial dos Municípios no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 10 de novembro de 2009.

JOSÉ ANTÔNIO ROGÉRIO

Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes/SC.

Publicada a presente Resolução no Mural Oficial da Câmara em 10 de Novembro de 2009.

**Edital de Audiência Pública N° 01/2009**

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA n°. 01/2009.

A Câmara Municipal de Paulo Lopes convida toda a sociedade e autoridades municipais, a participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da COMISSÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA PARA DEBATER SOBRE A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL, que se realizará no dia 24 de novembro de 2009, às 19:00 horas, na Escola de Educação Básica Frederico Santos, sito à Rua Joinville, 03, com a finalidade de discutir o Projeto de Lei Complementar n°. 0014.2/2009, que estabelece critérios para a municipalização do Ensino Fundamental da Rede Pública do Estado e a movimentação dos Servidores e dá outras providências.

Paulo Lopes, em 17 de novembro de 2009.

JOSÉ ANTÔNIO ROGÉRIO

Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes

MARIZE MENEZES WHEELER

Presidente da Comissão Especial Temporária

**Pinheiro Preto****Prefeitura Municipal****Aviso Licitação 050- Pregão Presencial**

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 050/2009

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 03 de dezembro de 2009, licitação modalidade Pregão Presencial n° 050/2009. Objeto: aquisição de material para construção de sistema de coleta de esgoto no Município de Pinheiro Preto.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 03/12/2009, até às 10:15 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:30 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site [WWW.pinheiropreto.sc.gov.br](http://WWW.pinheiropreto.sc.gov.br).

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 17 de Novembro de 2009.

OSIRES PEDRO RANDON

Vice- Prefeito Municipal em Exercício



# Porto União

## Prefeitura Municipal

### Portaria N° 045/2009

PORTARIA N° 045, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2009.  
NOMEIA COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento nos artigos 239 e 245 da Lei Municipal n° 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Administrativo, determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e constituir a respectiva Comissão Disciplinar encarregada de apurar fato determinado imputado ao Servidor Municipal, Sr. Antonio Raimundo Pereira da Silva, qual seja, envolvimento em acidente de trânsito conduzindo veículo da municipalidade – Retro Escavadeira –, a fim de que seja realizado o respectivo inquérito e julgamento com aplicação da justa e legal sanção, pelo fato acima mencionado.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mandar cientificar/citar, desde logo, o Servidor Antonio Raimundo Pereira da Silva, para que, acompanhe todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejar, que constitua advogado para acompanhá-lo durante todo o processo.

Art. 3º Designar, como membros da Comissão:  
I- Cláudio Michaliszyn - Presidente;  
II- Graciele Carla Bordignon Rodrigues - Secretária;  
III- Paulo Medeiros - Membro;  
IV- Rodrigo Bonin Leão - Membro;  
V- Miguel Ângelo Chmielewski - Membro.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 13 de novembro de 2009.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

### Portaria N° 046/09

PORTARIA N° 046, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2009.  
NOMEIA COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento nos artigos 239 e 245 da Lei Municipal n° 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Administrativo, determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e constituir a respectiva Comissão Disciplinar encarregada de apurar fato determinado imputado ao Servidor Municipal, Sr. Davi Damasceno dos Santos, qual seja, desacato a funcionário público no exercício de sua função –, a fim de que seja realizado o respectivo inquérito e julgamento com aplicação da justa e legal sanção, pelo fato acima mencionado.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mandar cientificar/citar, desde logo, o Servidor Davi Damasceno dos Santos, para que, acompanhe todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejar, que constitua advogado para acompanhá-lo durante todo o processo.

Art. 3º Designar, como membros da Comissão:  
I- Marilene Cotrim da Silva Buch - Presidente;  
II- Larissa Companhoni Sarti Coas - Secretária;  
III- Rodrigo Fernando dos Santos – Membro.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 13 de novembro de 2009.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

### Processo Licitatório 146/2009 Extrato de Edital de Tomada de Preços 029/2009

MUNICIPIO DE PORTO UNIÃO - SC  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO 146/2009  
EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 029/2009

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de tomada de preços tipo menor preço por empreitada global, para executar estrutura e cobertura da Quadra de Esportes na Localidade do Legru, neste município, com 875,00m2, incluindo material e mão de obra. Recebimento e abertura dos envelopes será no dia 10 de dezembro de 2009 as 14:00 horas, na Prefeitura Municipal. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126.

Porto União SC, 19 de novembro de 2009.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

### Processo Licitatório 147/2009 Extrato de Edital de Tomada 030/2009

MUNICIPIO DE PORTO UNIÃO - SC  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO 147/2009  
EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 030/2009

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de tomada de preços tipo menor preço por empreitada global, para executar reforma/ reparos/conservação/ melhoria incluindo material e mão de obra no Núcleo de Educação Jornalista Herminio Millis, neste município. Recebimento dos envelopes será no dia 11 de dezembro de 2009 as 14:00 horas, na Prefeitura Municipal. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126 .



Porto União SC, 19 de novembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

### **Edital de Citação N° 001/2009**

COMISSÃO DE INQUERITO ADMINISTRATIVO

NOMEADA PELA PORTARIA 040, DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

EDITAL DE CITAÇÃO N° 001/2009

A comissão de Inquérito Administrativo, nomeada através da Portaria n° 040, de 09 de outubro de 2009, CONVOCA o Sr. LEANDRO FREISLEBEN à comparecer no prazo de dez (10) dias a contar da publicação deste, na Prefeitura Municipal de Porto União, sala da Supervisoria de Recursos Humanos, sito a Rua Padre Anchieta, 126 – Centro, para tratar de assunto referente a fato imputado a servidor público, qual seja, envolvimento em acidente de trânsito. O não comparecimento no prazo acima estipulado, implicará na aceitação tácita dos fatos apurados.

Porto União (SC), 17 de novembro de 2009.

GIOVANA MULLER

Presidente da Comissão

**Rio do Sul**

**Prefeitura Municipal**

### **Decreto n° 974/09**

DECRETO N° 974, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2009.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 008/2009-FMAS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e no Art. 24, Inciso IV da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1°- Fica homologado o Supermercado Princesa Isabel Ltda para aquisição de 250 unidades de cestas básicas para atender famílias que foram atingidas pelas cheias e deslizamentos que ocorreram no mês de setembro/09.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 05 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JANE MARIA GHIZZO SCHMIDT

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Vlrm

### **Decreto n° 975/09**

DECRETO N° 975, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2009.

"NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAR VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DA RUA 7 DE SETEMBRO DECORRENTE DE OBRA PÚBLICA."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e no Art. 386 da Lei Complementar n° 110/2003,

DECRETA:

Art. 1°- Ficam nomeados os Senhores: Educado Aragão Silva, Sérgio Vasselai, Sandro Renato Sofka, José Luiz do Nascimento e Jailson Roberto de Oliveira, para em comissão avaliarem, num prazo de 10 (dez) dias, a valorização imobiliária dos imóveis da Rua 7 de Setembro, decorrente da seguinte obra pública: construção de calçadas.

Parágrafo Único – A avaliação deverá se limitar aos imóveis dos proprietários não aderentes à construção da obra pública definida no caput deste artigo.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 05 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

EUGÊNIO VICENZI

Secretário Municipal da Fazenda

Vlrm

### **Decreto n° 976/09**

DECRETO N° 976, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2009.

"NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAR VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DA RUA DR. GUILHERME GEMBALLA DECORRENTE DE OBRA PÚBLICA."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e no Art. 386 da Lei Complementar n° 110/2003,

DECRETA:

Art. 1°- Ficam nomeados os Senhores: Educado Aragão Silva, Sérgio Vasselai, Sandro Renato Sofka, José Luiz do Nascimento e Jailson Roberto de Oliveira, para em comissão avaliarem, num prazo de 10 (dez) dias, a valorização imobiliária dos imóveis da Rua Dr. Guilherme Gemballa, decorrente da seguinte obra pública: construção de calçadas.

Parágrafo Único – A avaliação deverá se limitar aos imóveis dos proprietários não aderentes à construção da obra pública definida no caput deste artigo.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 05 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

EUGÊNIO VICENZI

Secretário Municipal da Fazenda

Vlrm

### **Decreto n° 977/09**

DECRETO N° 977, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2009

"ANULA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 058/2009-FMS".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores,



**DECRETA:**

Art.1° - Fica anulado o processo licitatório representado pelo Edital de Chamamento Público nº 058/2009 de 01.10.2009, do Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único – A anulação decidida no “caput” deste artigo, se dá em razão de que não houve interessado em participar da licitação.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 06 de novembro de 2009

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ZANIS

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Vlrm

**Decreto nº 978/09**

DECRETO Nº 978, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2009

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal. De Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.799 de 02.12.2008

**DECRETA:**

Art. 1° – Fica suplementada na importância de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Câmara de Vereadores do Município de Rio do Sul:

01.00	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
01.01	Câmara Municipal de Vereadores		
2.001	Manutenção da Câmara de Vereadores		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	120.000,00
	TOTAL	R\$	120.000,00

Art.2° - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Câmara de Vereadores do Município de Rio do Sul:

01.00	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
01.01	Câmara Municipal de Vereadores		
2.001	Manutenção da Câmara de Vereadores		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	120.000,00
	TOTAL	R\$	120.000,00

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 06 de novembro de 2009

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

**Decreto nº 979/09**

DECRETO N.º 979, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2009.

“INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL-PETI.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e atendendo ao que dispõe o Caderno de Capacitação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, instituído pelo Ministério da Previdência e Assistência Social,

**DECRETA:**

Art. 1° - Fica instituído no município de Rio do Sul a Comissão Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, vinculada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, de caráter consultivo e propositivo, que deverá contribuir com a implantação e implementação das ações do PETI, através de ações de acompanhamento e controle.

Art. 2° - A Comissão instituída por este Decreto, além das atribuições já definidas e nas definidas no Caderno de Capacitação do Programa deverá ter uma frequência mínima de uma reunião por mês, mantendo em arquivos atas e registros dos resultados.

Art. 3° - Comporão a Comissão as entidades do município, que desempenham atividades voltadas a assistência social, saúde, educação, através de representantes.

Art. 4° - Ficam nomeados para compor a Comissão instituída por este decreto os membros que seguem, como representantes de suas respectivas entidades, supervisionados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

- Pricila Nicolladelli, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
- Gilson Roberto da Silva, representando a Secretaria Municipal de Educação;
- Eliana K. De Oliveira, representando o Conselho Tutelar;
- Rita Cuco, representando o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Cristina Dobrachinski Barbosa, representando a Secretaria Municipal de Saúde;
- Luis Antonio Visentainer, representando o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e do Mat. Elétrico de Rio do Sul

Art. 5° - Os membros da Comissão não serão remunerados por suas atividades, sendo os seus serviços considerados de relevante importância comunitária e terão mandato enquanto durar o programa.

Art. 6° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7° - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 194 de 28 de maio de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal, 10 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Vlrm

**Decreto nº 980/09**

DECRETO Nº 980, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2009

“HOMOLOGA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 099/2009”.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal



nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica homologado o processo licitatório representado pelo Edital de Chamada Pública nº 099/2009, para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para a alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, ficando homologados os Agricultores: FRIDOLINO HOLLER, VOLNEI CLAUDINO DOS SANTOS, ELCIO HOLLER, ROSEMERE BAGATOLI VALIATI, SUELI VALIATI, ALIDA ANDREANI VALIATI, ALIDO CLAUDINO, DAURI DOLZAN, RALF HASSE, VALDEMIR HASSE, MELITO FRONZA, FÁBIO BALDO, PEDRO STEDILE, ANGELO MASCHIO, ALMIR VOLTOLINI, DALCIO DOLZAN, JULIANA PEIXE, JOÃO BATISTA PEIXE, VALDEMAR CAVA, PAULO CEOLA, VALCINEI NAZARI, ADRIANO MEZZOMO e ANITO MEZZOMO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 10 de novembro de 2009  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Vlrm

**Decreto nº 981/09**

DECRETO Nº 981, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2009

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.799 de 02.12.2008

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 1.880,77 (um mil, oitocentos e oitenta reais e setenta e sete centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 25.976-4 do Banco do Brasil S/A), de acordo com o que determina o artigo 11º da Lei Orçamentária nº 4.799/2008 de 02 de dezembro de 2008, visando à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
1.503	Programa Especial de Alta Complexidade Federal		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas		
00.03.0031	Convênios da União - Assistência Social - Ex. Ant.	R\$	1.880,77
	TOTAL	R\$	1.880,77

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 10 de novembro de 2009  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal  
Vlrm

**Decreto nº 982/09**

DECRETO Nº 982, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2009

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.799 de 02.12.2008

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 9.619,23 (nove mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e três centavos), por conta da tendência do excesso de arrecadação em decorrência de repasses do Governo Federal, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
1.503	Programa Especial de Alta Complexidade Federal		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
	Transferências a Instituições Privadas sem Fins		
3.3.50.00	Lucrativos	R\$	6.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	3.619,23
	TOTAL	R\$	9.619,23

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 10 de novembro de 2009  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal  
Vlrm

**Decreto nº 983/09**

DECRETO Nº 983, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2009.

“SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-CONSELHO DO FUNDEB.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos da Lei Municipal nº 4.539/2007, alterada pela Lei Municipal nº 4.797/2008.

**DECRETA:**

Art.1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Conselho do FUNDEB os seguintes membros devidamente indicados por sua entidade:

VII - Representantes do Conselho Municipal de Educação:  
Noeli Sorgatto - titular  
Devanir Nasato Kaestner - suplente

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 10 de novembro de 2009.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal  
Vlrm



**Decreto nº 984/09**

DECRETO N° 984, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2009.

**"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO."**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal n° 3.260/98, alterada pelas Leis Municipais n°s 3.333/98, 3.363/99 e 3.579/2000,

DECRETA:

Art.1° - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Educação, os membros abaixo relacionados, como representantes da respectiva entidade:

VII-Como representante da Escola Agrotécnica Federal/IFC  
- Katia Regina Koerich Fronza - suplente

X- Como representante das Unidades Filantrópicas de atendimento a Educação Infantil:

- Marcos Luis Koepp - Suplente

XI - Como representante da Fundação Cultural:

- Larissa Carolina Tenfen - suplente

XII- Como representante do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente:

- Gioconda Dutra Schneider - suplente

XIII-Como representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

- Daniela Ferrari – titular

- Roselita Sebold - suplente

XVI- Como representante do Ensino de Educação Especial:

- Liliane Mara Amorim Niehues - titular

XVII-Como representantes da Fundação Municipal de Desportos:

- Mara Aparecida dos Anjos Pandini – titular

- Sérgio Luis Schlemper - suplente

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 10 de novembro de 2009

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Vlrm

**Decreto nº 985/09**

DECRETO N° 985, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009

**"EXONERA A SERVIDORA ANA MARIA DE LOURDES ALVARENGA"**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como nas instituídas nas Leis Complementares n° 098 e 099, de 24/04/2003, e suas alterações,

DECRETA:

Art.1° - Fica exonerada, a partir de 11/11/2009, a servidora municipal ANA MARIA DE LOURDES ALVARENGA, ocupante do cargo em comissão Assessor do Plano Diretor.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 11 de novembro de 2009

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

**Decreto nº 986/09**

DECRETO N° 986, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009

**"NOMEIA VLADEMIR LUIZ BRASIL JUNIOR"**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como nas instituídas nas Leis Complementares n.º 098 e 099, ambas de 24/04/2003, e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeado VLADEMIR LUIZ BRASIL JUNIOR, para a partir de 11/11/2009, exercer em comissão o cargo de Chefe da Divisão de Transporte, com 20% de gratificação, nos termos do § 2º, do Art. 5º, da Lei Complementar n.º 098 e § 2º, do Art. 52, da Lei Complementar n.º 099, supra citadas.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 11 de novembro de 2009

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

**Decreto nº 987/09**

DECRETO N.º 987, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2009.

**"FIXA O VALOR DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL – UFM PARA O EXERCÍCIO DE 2010."**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Complementar 053 de 06 de dezembro de 2000, com a redação alterada pela Lei Complementar 085 de 31 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1° - Fica fixado o novo valor da Unidade Fiscal Municipal – UFM para o exercício de 2010 em R\$ 2.0666.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito a partir de 1° de janeiro de 2010.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 12 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

EUGÊNIO VICENZI

Secretário Municipal da Fazenda

Vlrm

**Decreto nº 989/09**

DECRETO N° 989, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009.

**"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL N° 102/2009."**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores,



**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 518/2009, o resultado do Pregão Presencial Nº 102 de 30/10/2009, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante MOTORMAC DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS E MOTORES LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 16 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vlrn

ANEXO AO DECRETO Nº 989/2009

Pregão Presencial nº 102 de 30/10/2009

Objeto da Licitação: Aquisição de 02 (duas) retroescavadeiras novas de fabricação nacional, tração 4x4 – Sec. de Obras – Convênio BNDES – Programa Pró Vias.

Preço: por item

Participantes: MOTORMAC DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS E MOTORES S/A

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedor o licitante MOTORMAC DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS E MOTORES S/A.

**Portaria Nº. 0939/RH**

PORTARIA Nº. 0939/RH, 06 DE NOVEMBRO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Exonerar a pedido, a partir de 06/11/2009, a servidora municipal MARIA DE LOURDES HOFFMANN, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível 10, faixa 13, de acordo com o Inciso I, do Art. 30, da Lei Complementar Nº 099, de 24/04/2003.

Gabinete do Secretario Municipal de Administração  
06 de Novembro de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Dpsj

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária 5º Bimestre 2009 anexo 01**

Município de RIO DO SUL  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>129.348.100,00</b>	<b>129.348.100,00</b>	<b>20.841.380,61</b>	<b>16,11</b>	<b>100.483.596,86</b>	<b>77,68</b>	<b>28.864.503,14</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>103.777.100,00</b>	<b>103.777.100,00</b>	<b>19.394.573,73</b>	<b>18,69</b>	<b>92.752.811,39</b>	<b>89,38</b>	<b>11.024.288,61</b>
RECEITA TRIBUTARIA	20.110.000,00	20.110.000,00	1.596.597,48	7,94	15.116.328,18	75,17	4.993.671,82
IMPOSTOS	14.960.000,00	14.960.000,00	1.341.899,21	8,97	11.510.742,29	76,94	3.449.257,71
TAXAS	3.650.000,00	3.650.000,00	144.076,68	3,95	3.173.268,01	86,94	476.731,99
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	1.500.000,00	1.500.000,00	110.621,59	7,37	432.317,88	28,82	1.067.682,12
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.330.000,00	4.330.000,00	758.744,51	17,52	3.883.346,55	89,68	446.653,45
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.905.000,00	1.905.000,00	425.813,98	22,35	1.792.049,53	94,07	112.950,47
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	2.425.000,00	2.425.000,00	332.930,53	13,73	2.091.297,02	86,24	333.702,98
RECEITA PATRIMONIAL	2.467.000,00	2.467.000,00	648.652,67	26,29	3.860.811,75	156,50	-1.393.811,75
RECEITAS IMOBILIARIAS	110.000,00	110.000,00	1.438,19	1,31	79.593,35	72,36	30.406,65
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.357.000,00	2.357.000,00	647.214,48	27,46	3.781.218,40	160,43	-1.424.218,40
RECEITA AGROPECUARIA	35.000,00	35.000,00	6.584,96	18,81	36.558,10	104,45	-1.558,10
Outras Rec. Agropecuárias	35.000,00	35.000,00	6.584,96	18,81	36.558,10	104,45	-1.558,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	68.400.600,00	68.400.600,00	15.149.043,98	22,15	65.068.893,77	95,13	3.331.706,23
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	67.560.600,00	67.560.600,00	14.514.903,87	21,48	63.614.841,52	94,16	3.945.758,48
Transf. de Conv.	840.000,00	840.000,00	634.140,11	75,49	1.454.052,25	173,10	-614.052,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.434.500,00	8.434.500,00	1.234.950,13	14,64	4.786.873,04	56,75	3.647.626,96
Multas e Juros de Mora	2.700.000,00	2.700.000,00	527.555,10	19,54	1.866.665,04	69,14	833.334,96
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	404.500,00	404.500,00	62.356,81	15,42	288.105,45	71,23	116.394,55
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.205.000,00	1.205.000,00	338.332,34	28,08	946.794,14	78,57	258.205,86
RECEITAS DIVERSAS	4.125.000,00	4.125.000,00	306.705,88	7,44	1.685.308,41	40,86	2.439.691,59
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>25.571.000,00</b>	<b>25.571.000,00</b>	<b>1.446.806,88</b>	<b>5,66</b>	<b>7.730.785,47</b>	<b>30,23</b>	<b>17.840.214,53</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8.867.000,00	8.867.000,00	0,00	0,00	2.409.139,53	27,17	6.457.860,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	8.867.000,00	8.867.000,00	0,00	0,00	2.409.139,53	27,17	6.457.860,47
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	23.000,00	2,30	977.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	23.000,00	3,29	677.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.704.000,00	15.704.000,00	1.446.806,88	9,21	5.298.645,94	33,74	10.405.354,06
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	15.704.000,00	15.704.000,00	1.446.806,88	9,21	5.298.645,94	33,74	10.405.354,06
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>3.080.000,00</b>	<b>3.080.000,00</b>	<b>173.183,94</b>	<b>5,62</b>	<b>2.321.286,87</b>	<b>75,37</b>	<b>758.713,13</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>3.080.000,00</b>	<b>3.080.000,00</b>	<b>173.183,94</b>	<b>5,62</b>	<b>2.321.286,87</b>	<b>75,37</b>	<b>758.713,13</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.080.000,00	3.080.000,00	173.183,94	5,62	2.321.286,87	75,37	758.713,13
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.080.000,00	3.080.000,00	173.183,94	5,62	2.321.286,87	75,37	758.713,13

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>3.080.000,00</b>	<b>3.080.000,00</b>	<b>173.183,94</b>	<b>5,62</b>	<b>2.321.286,87</b>	<b>75,37</b>	<b>758.713,13</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>132.428.100,00</b>	<b>132.428.100,00</b>	<b>21.014.564,55</b>	<b>15,87</b>	<b>102.804.883,73</b>	<b>77,63</b>	<b>29.623.216,27</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>132.428.100,00</b>	<b>132.428.100,00</b>	<b>21.014.564,55</b>	<b>15,87</b>	<b>102.804.883,73</b>	<b>77,63</b>	<b>29.623.216,27</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>132.428.100,00</b>	<b>132.428.100,00</b>	<b>21.014.564,55</b>	<b>15,87</b>	<b>102.804.883,73</b>	<b>77,63</b>	<b>29.623.216,27</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>817.831,25</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>128.793.100,00</b>	<b>21.663.920,33</b>	<b>150.457.020,33</b>	<b>18.614.076,38</b>	<b>99.477.203,94</b>	<b>20.249.033,87</b>	<b>94.495.721,11</b>	<b>62,81</b>	<b>55.961.299,22</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>88.425.834,00</b>	<b>12.398.878,85</b>	<b>100.824.712,85</b>	<b>15.472.899,48</b>	<b>77.110.446,83</b>	<b>16.015.166,88</b>	<b>74.284.550,17</b>	<b>73,68</b>	<b>26.540.162,68</b>
Pessoal e Encargos Sociais	3.500.000,00	0,00	3.500.000,00	466.912,27	2.177.267,23	466.912,27	2.177.267,23	62,21	1.322.732,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.859.424,00	-1.435.451,00	33.423.973,00	5.160.211,77	26.233.166,31	5.162.685,67	26.231.885,31	78,48	7.192.087,69
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.200.000,00	-743.438,00	456.562,00	9.657,44	276.470,19	33.895,10	260.194,16	56,99	196.367,84
Outras Despesas Correntes	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	12.268,69	80.081,11	14.868,69	77.481,11	7,75	922.518,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.866.410,00	14.577.767,85	62.444.177,85	9.823.849,31	48.343.461,99	10.336.805,15	45.537.722,36	72,93	16.906.455,49
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>38.567.266,00</b>	<b>9.332.283,29</b>	<b>47.899.549,29</b>	<b>3.141.176,90</b>	<b>22.366.757,11</b>	<b>4.233.866,99</b>	<b>20.211.170,94</b>	<b>42,19</b>	<b>27.688.378,35</b>
Investimentos	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	4.245,40	0,00	4.245,40	0,42	995.754,60
INVESTIMENTOS	33.047.266,00	8.468.357,29	41.515.623,29	2.981.728,35	17.094.665,20	2.875.811,04	14.991.686,39	36,11	26.523.936,90
INVERSOES FINANCEIRAS	20.000,00	35.000,00	55.000,00	0,00	46.000,00	46.000,00	46.000,00	83,64	9.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	4.500.000,00	828.926,00	5.328.926,00	159.448,55	5.221.846,51	1.312.055,95	5.169.239,15	97,00	159.686,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.800.000,00	-67.241,81	1.732.758,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.732.758,19
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>3.635.000,00</b>	<b>-97.403,00</b>	<b>3.537.597,00</b>	<b>519.334,52</b>	<b>2.781.692,41</b>	<b>519.334,52</b>	<b>2.781.692,41</b>	<b>78,63</b>	<b>755.904,59</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.635.000,00	-97.403,00	3.537.597,00	519.334,52	2.781.692,41	519.334,52	2.781.692,41	78,63	755.904,59
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>132.428.100,00</b>	<b>21.566.517,33</b>	<b>153.994.617,33</b>	<b>19.133.410,90</b>	<b>102.258.896,35</b>	<b>20.768.368,39</b>	<b>97.277.413,52</b>	<b>63,17</b>	<b>56.717.203,81</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>132.428.100,00</b>	<b>21.566.517,33</b>	<b>153.994.617,33</b>	<b>19.133.410,90</b>	<b>102.258.896,35</b>	<b>20.768.368,39</b>	<b>97.277.413,52</b>	<b>63,17</b>	<b>56.717.203,81</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>5.527.470,21</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>132.428.100,00</b>	<b>21.566.517,33</b>	<b>153.994.617,33</b>	<b>19.133.410,90</b>	<b>102.258.896,35</b>	<b>20.768.368,39</b>	<b>102.804.883,73</b>	<b>63,17</b>	<b>56.717.203,81</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 5.261.156,62

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 16/11/2009

MILTON HOBUS  
PREFEITO MUNICIPAL

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC/SC 28.616/O-4 CONTADORA

# Relatório Resumido da Execução Orçamentária 5º Bimestre 2009 Anexo 02

Município de RIO DO SUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	128.793.100,00	150.457.020,33	18.614.076,38	99.477.203,94	20.249.033,87	94.495.721,11	97,14	62,81	55.961.299,22
Legislativa	3.100.000,00	3.100.000,00	430.161,36	2.024.335,74	429.655,76	2.021.480,79	2,08	65,21	1.078.519,21
Ação Legislativa	3.100.000,00	3.100.000,00	430.161,36	2.024.335,74	429.655,76	2.021.480,79	2,08	65,21	1.078.519,21
Administração	9.413.600,00	8.699.523,28	1.084.188,14	6.989.944,91	1.214.682,24	6.688.190,88	6,88	76,88	2.011.332,40
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	1.050.500,00	1.081.040,38	91.672,48	963.383,76	115.082,35	940.825,10	0,97	87,03	140.215,28
Administração Geral	5.608.100,00	4.968.628,63	546.961,54	3.832.349,07	668.723,46	3.623.537,49	3,72	72,93	1.345.091,14
Administração Financeira	1.176.500,00	1.061.494,27	165.122,64	999.664,18	168.177,55	975.357,99	1,00	91,89	86.136,28
Normatização e Fiscalização	801.500,00	887.851,00	131.738,87	663.855,05	131.738,87	663.855,05	0,68	74,77	223.995,95
Tecnologia da Informatização	270.000,00	221.211,00	62.963,18	193.469,16	45.360,58	147.646,56	0,15	66,74	73.564,44
Administração de Receitas	265.000,00	244.834,00	45.315,19	183.451,29	45.315,19	183.451,29	0,19	74,93	61.382,71
Comunicação Social	242.000,00	234.464,00	40.414,24	153.772,40	40.284,24	153.517,40	0,16	65,48	80.946,60
Segurança Pública	1.562.000,00	1.690.409,59	191.591,68	1.226.251,18	359.472,88	1.165.697,12	1,20	68,96	524.712,47
Policiamento	790.000,00	723.950,00	80.635,08	513.324,65	86.811,72	506.715,77	0,52	69,99	217.234,23
Defesa Civil	72.000,00	121.590,43	15.296,81	110.957,65	15.335,22	110.114,24	0,11	90,56	11.476,19
Assistência Comunitária	700.000,00	844.869,16	95.659,79	601.968,88	257.325,94	548.867,11	0,56	64,96	296.002,05
Assistência Social	2.249.500,00	2.546.754,73	474.111,11	1.712.658,63	333.047,96	1.503.597,70	1,55	59,04	1.043.157,03
Assistência à Criança e ao Adolescente	199.000,00	184.167,00	21.929,07	116.449,66	24.565,71	116.243,43	0,12	63,12	67.923,57
Assistência Comunitária	2.050.500,00	2.362.587,73	452.182,04	1.596.208,97	308.482,25	1.387.354,27	1,43	58,72	975.233,46
Previdência Social	5.604.000,00	5.590.640,00	492.511,76	2.336.441,59	495.111,76	2.333.841,59	2,40	41,75	3.256.798,41
Previdência Básica	5.500.000,00	5.500.000,00	479.180,96	2.261.593,74	481.780,96	2.258.993,74	2,32	41,07	3.241.006,26
Previdência do Regime Estatutário	104.000,00	90.640,00	13.330,80	74.847,85	13.330,80	74.847,85	0,08	82,58	15.792,15
Saúde	33.949.600,00	45.201.870,68	7.423.165,26	33.017.997,16	7.700.242,52	32.382.212,19	33,29	71,64	12.819.658,49
Formação de Recursos Humanos	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Atenção Básica	14.405.000,00	20.650.670,25	4.177.929,30	13.837.225,31	3.949.421,11	13.405.956,91	13,78	64,92	7.244.713,34
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	17.769.600,00	22.909.549,22	3.033.988,18	17.731.386,65	3.547.484,22	17.708.704,68	18,20	77,30	5.200.844,54
Vigilância Sanitária	1.477.000,00	1.265.692,54	158.179,18	1.185.195,18	142.824,46	1.024.503,74	1,05	80,94	241.188,80
Vigilância Epidemiológica	298.000,00	367.958,67	53.068,60	264.190,02	60.512,73	243.046,86	0,25	66,05	124.911,81
Educação	26.041.450,00	25.913.111,00	3.029.451,35	17.750.315,53	3.316.891,36	16.603.813,96	17,07	64,07	9.309.297,04
Administração Geral	360.000,00	360.000,00	92.978,28	334.281,76	89.980,23	312.681,72	0,32	86,86	47.318,28
Alimentação e Nutrição	2.475.000,00	2.302.661,00	126.383,00	1.287.102,75	107.695,04	943.101,21	0,97	40,96	1.359.559,79
Ensino Fundamental	9.728.450,00	9.990.450,00	1.251.976,83	7.031.187,21	1.375.216,11	6.360.063,00	6,54	63,66	3.630.387,00
Ensino Superior	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	26.041.450,00	25.913.111,00	3.029.451,35	17.750.315,53	3.316.891,36	16.603.813,96	17,07	64,07	9.309.297,04
Educação Infantil	13.238.000,00	13.238.000,00	1.556.420,33	9.092.425,90	1.740.374,88	8.984.343,03	9,24	67,87	4.253.656,97
Educação de Jovens e Adultos	0,00	22.000,00	1.692,91	5.317,91	3.625,00	3.625,00	0,00	16,48	18.375,00
Cultura	2.225.000,00	2.435.000,00	316.236,00	1.443.333,08	303.981,60	1.420.577,25	1,46	58,34	1.014.422,75
Difusão Cultural	2.225.000,00	2.435.000,00	316.236,00	1.443.333,08	303.981,60	1.420.577,25	1,46	58,34	1.014.422,75
Direitos da Cidadania	117.500,00	108.747,00	16.916,49	90.594,72	18.131,29	90.572,72	0,09	83,29	18.174,28
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	117.500,00	108.747,00	16.916,49	90.594,72	18.131,29	90.572,72	0,09	83,29	18.174,28
Urbanismo	12.019.800,00	14.557.255,22	1.048.372,19	10.677.322,62	1.324.691,63	9.997.670,27	10,28	68,68	4.559.584,95
Ordenamento Territorial	982.500,00	982.238,00	21.415,49	126.249,84	21.415,49	126.249,84	0,13	12,85	855.988,16
Infra-Estrutura Urbana	10.532.300,00	13.063.061,22	954.107,94	10.130.592,30	1.229.516,38	9.451.852,73	9,72	72,36	3.611.208,49
Serviços Urbanos	505.000,00	511.956,00	72.848,76	420.480,48	73.759,76	419.567,70	0,43	81,95	92.388,30
Habitação	1.060.000,00	1.017.156,00	8.544,47	54.063,07	10.620,37	54.063,07	0,06	5,32	963.092,93
Habitação Urbana	1.060.000,00	1.017.156,00	8.544,47	54.063,07	10.620,37	54.063,07	0,06	5,32	963.092,93
Saneamento	860.000,00	851.896,78	139.067,80	362.069,10	107.837,70	290.024,40	0,30	34,04	561.872,38
Saneamento Básico Urbano	860.000,00	851.896,78	139.067,80	362.069,10	107.837,70	290.024,40	0,30	34,04	561.872,38
Gestão Ambiental	1.600.000,00	1.724.527,00	248.629,49	1.326.303,91	352.045,69	1.321.997,03	1,36	76,66	402.529,97
Preservação e Conservação Ambiental	1.600.000,00	1.724.527,00	248.629,49	1.326.303,91	352.045,69	1.321.997,03	1,36	76,66	402.529,97
Agricultura	1.524.000,00	1.472.273,00	209.160,89	1.168.839,15	232.193,16	1.087.557,27	1,12	73,87	384.715,73
Extensão Rural	1.524.000,00	1.472.273,00	209.160,89	1.168.839,15	232.193,16	1.087.557,27	1,12	73,87	384.715,73
Indústria	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	1.762.400,00	2.249.613,00	716.022,10	1.342.045,12	493.443,12	1.098.479,41	1,13	48,83	1.151.133,59
Promoção Comercial	229.400,00	199.358,00	27.695,64	159.589,18	28.071,05	158.890,29	0,16	79,70	40.467,71
Turismo	1.533.000,00	2.050.255,00	688.326,46	1.182.455,94	465.372,07	939.589,12	0,97	45,83	1.110.665,88
Energia	1.550.000,00	1.642.947,00	329.322,90	1.491.374,06	329.322,90	1.491.374,06	1,53	90,77	151.572,94
Energia Elétrica	1.550.000,00	1.642.947,00	329.322,90	1.491.374,06	329.322,90	1.491.374,06	1,53	90,77	151.572,94
Transporte	15.409.250,00	22.776.049,86	2.039.684,17	9.679.617,95	1.633.877,65	8.229.785,44	8,46	36,13	14.546.264,42
Administração Geral	420.000,00	292.302,00	28.091,23	230.227,06	27.871,23	229.969,56	0,24	78,68	62.332,44
Turismo	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Transporte Rodoviário	14.839.250,00	22.333.747,86	2.011.592,94	9.449.390,89	1.606.006,42	7.999.815,88	8,22	35,82	14.333.931,98
Desporto e Lazer	1.240.000,00	1.361.000,00	247.833,23	1.285.379,72	247.833,23	1.285.352,65	1,32	94,44	75.647,35
Desporto Comunitário	1.240.000,00	1.361.000,00	247.833,23	1.285.379,72	247.833,23	1.285.352,65	1,32	94,44	75.647,35
Encargos Especiais	5.700.000,00	5.785.488,00	169.105,99	5.498.316,70	1.345.951,05	5.429.433,31	5,58	93,85	356.054,69
Serviço da Dívida Interna	5.700.000,00	5.785.488,00	169.105,99	5.498.316,70	1.345.951,05	5.429.433,31	5,58	93,85	356.054,69
Reserva de Contingência	1.800.000,00	1.732.758,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.732.758,19
Reserva de Contingência	1.800.000,00	1.732.758,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.732.758,19
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	3.635.000,00	3.537.597,00	519.334,52	2.781.692,41	519.334,52	2.781.692,41	2,86	78,63	755.904,59
Legislativa	150.000,00	150.000,00	25.185,24	91.719,00	25.185,24	91.719,00	0,09	61,15	58.281,00
Ação Legislativa	150.000,00	150.000,00	25.185,24	91.719,00	25.185,24	91.719,00	0,09	61,15	58.281,00
Administração	1.150.000,00	1.152.597,00	150.143,67	834.664,01	150.143,67	834.664,01	0,86	72,42	317.932,99
Administração Geral	1.150.000,00	1.152.597,00	150.143,67	834.664,01	150.143,67	834.664,01	0,86	72,42	317.932,99
Saúde	900.000,00	800.000,00	109.368,53	593.041,31	109.368,53	593.041,31	0,61	74,13	206.958,69
Atenção Básica	900.000,00	800.000,00	109.368,53	593.041,31	109.368,53	593.041,31	0,61	74,13	206.958,69
Educação	1.400.000,00	1.400.000,00	230.886,80	1.240.447,41	230.886,80	1.240.447,41	1,28	88,60	159.552,59
Ensino Fundamental	600.000,00	600.000,00	200.384,63	600.000,00	200.384,63	600.000,00	0,62	100,00	0,00
Educação Infantil	800.000,00	800.000,00	30.502,17	640.447,41	30.502,17	640.447,41	0,66	80,06	159.552,59



FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
Cultura	25.000,00	25.000,00	2.582,09	15.336,42	2.582,09	15.336,42	0,02	61,35	9.663,58
Difusão Cultural	25.000,00	25.000,00	2.582,09	15.336,42	2.582,09	15.336,42	0,02	61,35	9.663,58
Desporto e Lazer	10.000,00	10.000,00	1.168,19	6.484,26	1.168,19	6.484,26	0,01	64,84	3.515,74
Desporto Comunitário	10.000,00	10.000,00	1.168,19	6.484,26	1.168,19	6.484,26	0,01	64,84	3.515,74
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>132.428.100,00</b>	<b>153.994.617,33</b>	<b>19.133.410,90</b>	<b>102.258.896,35</b>	<b>20.768.368,39</b>	<b>97.277.413,52</b>	<b>100,00</b>	<b>63,17</b>	<b>56.717.203,81</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 16/11/2009

MILTON HOBUS  
PREFEITO MUNICIPALRUBIA CRISTINA MOHR  
CRC/SC 28.616/O-4 CONTADOR<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária 5º Bimestre 2009 Anexo 05

Município de RIO DO SUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2009	Até o Bimestre/2008
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.920.000,00	3.920.000,00	1.018.558,99	5.198.863,49	4.635.009,41
RECEITAS CORRENTES	3.920.000,00	3.920.000,00	1.018.558,99	5.198.863,49	4.153.374,12
Receita de Contribuições dos Segurados	1.605.000,00	1.605.000,00	259.095,80	1.408.902,56	1.362.393,68
Pessoal Civil	1.605.000,00	1.605.000,00	259.095,80	1.408.902,56	1.362.393,68
Ativo	1.600.000,00	1.600.000,00	258.535,46	1.406.235,67	1.359.912,33
Inativo	5.000,00	5.000,00	560,34	2.666,89	2.481,35
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	300.000,00	300.000,00	166.718,18	383.146,97	0,00
Receita Patrimonial	2.000.000,00	2.000.000,00	585.456,33	3.367.886,31	2.635.205,44
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.000.000,00	2.000.000,00	585.456,33	3.367.886,31	2.635.205,44
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	15.000,00	15.000,00	7.288,68	38.927,65	149.036,79
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	149.036,79
Demais Receitas Correntes	15.000,00	15.000,00	7.288,68	38.927,65	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	481.635,29
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	481.635,29
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.080.000,00	3.080.000,00	173.183,94	2.321.286,87	2.443.970,08
RECEITAS CORRENTES	3.080.000,00	3.080.000,00	173.183,94	2.321.286,87	2.443.970,08
Receita de Contribuições Patronais	2.580.000,00	2.580.000,00	172.927,10	2.114.529,51	2.443.970,08
Pessoal Civil	2.580.000,00	2.580.000,00	172.927,10	2.114.529,51	2.443.970,08
Ativo	2.580.000,00	2.580.000,00	172.927,10	2.114.529,51	2.443.970,08
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	500.000,00	500.000,00	256,84	206.757,36	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>7.000.000,00</b>	<b>7.000.000,00</b>	<b>1.191.742,93</b>	<b>7.520.150,36</b>	<b>7.078.979,49</b>





DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2009	Até o Bimestre/2008
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	7.000.000,00	7.000.000,00	481.780,96	2.258.993,74	1.709.959,72
ADMINISTRAÇÃO	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	4.245,40	4.624,00
Despesas Correntes	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	4.245,40	4.624,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.500.000,00	4.500.000,00	481.780,96	2.254.748,34	1.705.335,72
Pessoal Civil	0,00	0,00	450.353,97	2.025.747,79	1.545.949,01
Aposentadorias	0,00	0,00	323.024,03	1.425.973,44	1.044.622,63
Pensões	0,00	0,00	127.329,94	599.774,35	501.326,38
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	4.500.000,00	4.500.000,00	31.426,99	229.000,55	159.386,71
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	4.500.000,00	4.500.000,00	31.426,99	229.000,55	159.386,71
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>7.000.000,00</b>	<b>7.000.000,00</b>	<b>481.780,96</b>	<b>2.258.993,74</b>	<b>1.709.959,72</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>709.961,97</b>	<b>5.261.156,62</b>	<b>5.369.019,77</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2009	Até o Bimestre/2008
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			1.500.000,00		
BENS E DIREITOS DO RPPS	AGOSTO	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2009	2008		
Bancos Conta Movimento	37.692.576,24	38.583.785,22	31.890.822,19		
Investimentos	-647.202,10	-640.579,42	0,00		

RIO DO SUL, 16/11/2009

ALDO NESTOR SIEBERT  
PRESIDENTECLEI CARLOS BUSNARDO  
CRC. 28.139/O-1 - TEC.CONTABIL

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária 5º Bimestre 2009 Anexo 03

Município de RIO DO SUL  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2008 A OUTUBRO/2009

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2009
	Nov/2008	Dez/2008	Jan/2009	Fev/2009	Mar/2009	Abr/2009	Mai/2009	Jun/2009	Jul/2009	Ago/2009	Set/2009	Out/2009	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>8.553.688,64</b>	<b>10.088.454,00</b>	<b>8.773.666,38</b>	<b>12.152.491,29</b>	<b>9.376.631,24</b>	<b>8.442.852,82</b>	<b>9.478.661,64</b>	<b>9.763.636,41</b>	<b>8.143.122,96</b>	<b>8.663.789,36</b>	<b>10.109.628,23</b>	<b>9.847.740,72</b>	<b>113.394.363,69</b>	<b>109.343.100,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	808.324,35	1.071.064,07	1.342.772,96	5.910.137,19	1.001.529,20	1.134.855,01	1.140.074,57	1.034.784,10	1.028.756,71	926.996,67	776.453,32	820.144,16	16.995.892,31	20.110.000,00
I.P.T.U.	1.344,23	2.063,70	252.662,63	3.713.039,91	154.711,12	199.307,68	172.732,44	202.773,43	118.376,10	31.311,27	10.315,78	12.509,36	4.871.147,65	5.000.000,00
I.S.S.	418.662,13	425.793,98	388.260,82	359.421,38	351.022,46	489.807,05	444.811,05	396.056,39	447.276,86	495.044,82	411.928,00	435.284,27	5.063.369,21	6.300.000,00
I.T.B.I.	153.439,93	101.234,56	40.079,99	90.220,97	98.880,19	114.792,24	121.471,69	73.266,79	139.014,58	88.271,60	92.221,24	78.600,49	1.191.494,27	1.500.000,00
I.R.R.F	0,00	0,00	41.772,05	43.623,28	46.892,10	31.520,94	32.772,37	35.197,35	33.774,99	37.963,03	32.204,82	32.654,05	368.374,98	760.000,00
Outras Receitas Tributárias	234.878,06	541.971,83	619.997,47	1.703.831,65	350.023,33	299.427,10	368.287,02	327.490,14	290.314,18	274.405,95	229.783,48	261.095,99	5.501.506,20	6.550.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	357.055,04	537.845,12	492.942,35	486.238,16	429.694,92	298.945,50	220.563,45	334.925,99	175.087,41	325.806,10	166.123,29	588.212,68	4.413.440,01	4.030.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	343.121,69	410.839,31	42.671,89	27.971,28	43.720,00	82.153,83	62.961,57	57.088,13	58.101,57	55.060,83	34.030,86	29.165,48	1.246.886,44	467.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	212,44	478,80	674,07	1.814,84	4.642,85	2.504,25	3.691,05	5.084,58	5.201,33	6.360,17	5.004,16	1.580,80	37.249,34	35.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.516.439,41	7.445.975,42	6.657.037,86	5.441.839,51	7.147.344,52	6.547.758,48	7.718.935,19	8.022.658,61	6.498.947,38	6.462.611,69	8.631.881,87	7.710.088,96	84.801.518,90	76.266.600,00
Cota-Parte do F.P.M.	1.282.686,22	1.937.325,20	1.282.309,05	1.166.471,96	932.497,87	1.112.483,74	1.527.686,50	1.175.318,80	875.420,82	1.018.402,96	901.506,39	1.290.135,37	14.502.244,88	16.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.498.681,46	1.655.615,32	1.543.410,74	1.359.758,65	1.787.471,09	1.478.206,10	1.574.358,64	1.628.512,24	1.497.054,79	1.371.946,41	1.916.307,49	1.625.646,29	18.936.969,22	20.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	335.371,66	212.140,14	200.525,21	338.095,83	478.351,89	487.289,50	483.743,11	473.735,46	504.265,87	463.997,97	485.338,24	525.929,93	4.988.784,81	5.000.000,00
Cota-Parte do ITR.	632,89	100,32	33,50	0,00	612,09	567,17	75,98	34,98	322,18	90,61	2.384,77	14.659,57	19.514,06	5.000,00
Transferências da LC 61/1989	51.208,35	52.573,67	41.331,05	33.736,97	27.108,83	20.581,36	36.919,01	25.707,19	28.291,46	30.528,35	31.645,28	40.254,90	419.886,42	660.000,00
Transferências da LC 87/1996	13.056,32	13.056,32	12.592,51	12.592,51	12.592,51	12.592,51	12.592,51	11.541,18	13.425,15	12.592,51	12.592,51	12.592,51	151.819,05	120.000,00
Transferências do FUNDEB	753.520,94	651.025,06	870.051,52	730.233,82	863.630,40	728.191,99	1.351.993,75	911.665,63	836.735,31	882.400,44	912.506,90	927.979,41	10.419.935,17	10.000.000,00
Outras Transferências Correntes	2.581.281,57	2.924.139,39	2.706.784,28	1.800.949,77	3.045.079,84	2.707.846,11	2.731.565,69	3.796.143,13	2.743.431,80	2.682.652,44	4.369.600,29	3.272.890,98	35.362.365,29	24.481.600,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	528.535,71	622.251,28	237.567,25	284.490,31	749.699,75	376.635,75	332.435,81	309.095,00	377.028,56	886.953,90	496.134,73	698.548,64	5.899.376,69	8.434.500,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>749.252,16</b>	<b>955.661,98</b>	<b>830.349,34</b>	<b>755.751,36</b>	<b>797.693,81</b>	<b>775.156,48</b>	<b>841.505,74</b>	<b>804.461,23</b>	<b>785.864,36</b>	<b>733.578,71</b>	<b>791.881,65</b>	<b>952.713,17</b>	<b>9.773.869,99</b>	<b>10.261.000,00</b>
Contrib. Plano Prev. Assist. Social Servidor	105.923,25	317.197,37	130.011,26	139.436,91	140.444,93	141.900,74	145.487,84	142.169,44	166.773,01	143.582,63	111.479,67	147.616,13	1.832.023,18	1.605.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	75.868,92	49.448,80	88.359,44	34.747,01	11.343,82	11.343,82	11.343,82	11.343,82	36.445,02	11.502,04	11.502,04	155.216,14	508.464,69	300.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	567.459,99	589.015,81	611.978,64	581.567,44	645.905,06	621.911,92	684.674,08	650.947,97	582.646,33	578.494,04	668.899,94	649.880,90	7.433.382,12	8.356.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)</b>	<b>7.804.436,48</b>	<b>9.132.792,02</b>	<b>7.943.317,04</b>	<b>11.396.739,93</b>	<b>8.578.937,43</b>	<b>7.667.696,34</b>	<b>8.637.155,90</b>	<b>8.959.175,18</b>	<b>7.357.258,60</b>	<b>7.930.210,65</b>	<b>9.317.746,58</b>	<b>8.895.027,55</b>	<b>103.620.493,70</b>	<b>99.082.100,00</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 16/11/2009

MILTON HOBUS  
PREFEITO MUNICIPAL

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC/SC 28.616/O-4 CONTADORA

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária 5º Bimestre 2009 Anexo 06**

Município de RIO DO SUL  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2008 (A)	Em 31 Ago 2009 (B)	Em 31 Out 2009 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.907.487,65	5.459.443,98	7.814.222,03
DEDUÇÕES (II)	2.662.700,20	3.206.394,45	2.633.843,58
Ativo Disponível	5.400.253,33	7.700.900,19	8.045.775,52
Haveres Financeiros	27.306,42	-13.615,59	-20.530,78
(-) Restos a Pagar Processados	2.764.859,55	4.480.890,15	5.391.401,16
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.244.787,45	2.253.049,53	5.180.378,45
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>4.244.787,45</b>	<b>2.253.049,53</b>	<b>5.180.378,45</b>

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2009 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>2.927.328,92</b>	<b>935.591,00</b>

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>4.226.000,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2008 (A)	Em 31 Ago 2009 (B)	Em 31 Out 2009 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	31.331.244,72	43.952.355,63	43.952.355,63
DEDUÇÕES (VIII)	32.285.889,83	37.037.800,39	37.904.756,27
Ativo Disponível	32.959.035,36	37.692.576,24	38.583.785,22
Investimentos	-673.145,53	-647.202,10	-640.579,42
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	7.573,75	38.449,53
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-954.645,11	6.914.555,24	6.047.599,36
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-954.645,11</b>	<b>6.914.555,24</b>	<b>6.047.599,36</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 16/11/2009

MILTON HOBUS  
PREFEITO MUNICIPAL

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC/SC 28.616/O-4 CONTADORA



**Relatório Resumido da Execução Orçamentária 5º Bimestre 2009 Anexo 07**

Município de RIO DO SUL

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA****DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2009	Até o Bimestre 2008
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>104.500.100,00</b>	<b>18.920.543,19</b>	<b>91.292.879,86</b>	<b>75.979.395,36</b>
Receita Tributária	20.110.000,00	1.596.597,48	15.116.328,18	14.225.342,06
I.P.T.U.	5.000.000,00	22.825,14	4.867.739,72	3.887.664,79
I.S.S.	6.300.000,00	847.212,27	4.218.913,10	4.061.904,10
I.T.B.I.	1.500.000,00	170.821,73	936.819,78	907.424,38
I.R.R.F.	760.000,00	64.858,87	368.374,98	474.440,01
Outras Receitas Tributárias	6.550.000,00	490.879,47	4.724.480,60	4.893.908,78
Receita de Contribuição	7.410.000,00	931.928,45	6.204.633,42	5.409.935,49
Receitas Previdenciárias	4.985.000,00	598.997,92	4.113.336,40	3.955.400,55
Outras Contribuições	2.425.000,00	332.930,53	2.091.297,02	1.454.534,94
Receita Patrimonial Líquida	110.000,00	1.438,19	79.593,35	83.922,68
Receita Patrimonial	2.467.000,00	648.652,67	3.860.811,75	2.910.838,51
(-) Aplicações Financeiras	2.357.000,00	647.214,48	3.781.218,40	2.826.915,83
Transferências Correntes	68.400.600,00	15.149.043,98	65.068.893,77	52.632.309,22
F.P.M.	12.800.000,00	1.803.934,32	9.125.495,39	9.300.897,90
I.C.M.S.	16.000.000,00	2.833.563,07	12.633.586,14	12.416.666,55
Convênios	840.000,00	634.140,11	1.454.052,25	0,00
Outras Transferências Correntes	38.760.600,00	9.877.406,48	41.855.759,99	30.914.744,77
Demais Receitas Correntes	8.469.500,00	1.241.535,09	4.823.431,14	3.627.885,91
Dívida Ativa	1.205.000,00	338.332,34	946.794,14	513.529,76
Diversas Receitas Correntes	7.264.500,00	903.202,75	3.876.637,00	3.114.356,15
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>25.571.000,00</b>	<b>1.446.806,88</b>	<b>7.730.785,47</b>	<b>5.792.857,93</b>
Operações de Crédito (III)	8.867.000,00	0,00	2.409.139,53	2.717.601,33
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	481.635,29
Alienação de Ativos (V)	1.000.000,00	0,00	23.000,00	228.621,31
Transferências de Capital	15.704.000,00	1.446.806,88	5.298.645,94	2.365.000,00
Convênios	15.704.000,00	1.446.806,88	5.298.645,94	2.365.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>15.704.000,00</b>	<b>1.446.806,88</b>	<b>5.298.645,94</b>	<b>2.365.000,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>120.204.100,00</b>	<b>20.367.350,07</b>	<b>96.591.525,80</b>	<b>78.344.395,36</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2009	Até o Bimestre 2008
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>104.362.309,85</b>	<b>16.534.501,40</b>	<b>77.066.242,58</b>	<b>65.250.818,40</b>
Pessoal e Encargos Sociais	40.461.570,00	6.148.932,46	31.190.844,95	27.378.010,73
Juros e Encargos da Dívida (IX)	456.562,00	33.895,10	260.194,16	278.620,61
Outras Despesas Correntes	63.444.177,85	10.351.673,84	45.615.203,47	37.594.187,06
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>103.905.747,85</b>	<b>16.500.606,30</b>	<b>76.806.048,42</b>	<b>64.972.197,79</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>47.899.549,29</b>	<b>4.233.866,99</b>	<b>20.211.170,94</b>	<b>14.185.728,99</b>
Investimentos	42.515.623,29	2.875.811,04	14.995.931,79	11.685.122,46
Inversões Financeiras	55.000,00	46.000,00	46.000,00	319.000,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	55.000,00	46.000,00	46.000,00	319.000,00
Amortização da Dívida (XIV)	5.328.926,00	1.312.055,95	5.169.239,15	2.181.606,53
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>42.570.623,29</b>	<b>2.921.811,04</b>	<b>15.041.931,79</b>	<b>12.004.122,46</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>1.732.758,19</b>	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.732.758,19	-	-	-





DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2009	Até o Bimestre 2008
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>0,00</b>	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>148.209.129,33</b>	<b>19.422.417,34</b>	<b>91.847.980,21</b>	<b>76.976.320,25</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-28.005.029,33</b>	<b>944.932,73</b>	<b>4.743.545,59</b>	<b>1.368.075,11</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>			817.831,25	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-4.524.000,00</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 16/11/2009

MILTON HOBUS  
PREFEITO MUNICIPAL

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC/SC 28.616/O-4 CONTADORA

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária 5º Bimestre 2009 Anexo 09**

Município de RIO DO SUL  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2008				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2008			
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	40.343,41	2.724.516,14	-	2.722.914,07	41.945,48	858,67	60.344,50	-	52.954,28	8.248,89
<b>EXECUTIVO</b>										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	37.683,06	2.201.790,00	0,00	2.200.438,12	39.034,94	0,00	31.147,45	0,00	27.071,52	4.075,93
GABINETE DO PREFEITO	2.387,21	104.981,36	0,00	104.937,36	2.431,21	0,00	4.623,62	0,00	2.716,04	1.907,58
GABINETE DO VICE-PREFEITO	0,00	2.485,24	0,00	2.485,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	3.929,86	29.719,51	0,00	29.719,51	3.929,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS 2004	18.513,40	0,00	0,00	0,00	18.513,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREEND	0,00	15.008,62	0,00	15.008,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	528,64	82.564,63	0,00	82.564,63	528,64	0,00	13.812,25	0,00	13.736,65	75,60
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	36,00	140.664,52	0,00	140.664,52	36,00	0,00	689,22	0,00	10,50	678,72
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	1.395,20	171.465,57	0,00	171.465,57	1.395,20	0,00	35,02	0,00	35,00	0,02
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIA	0,00	68.367,25	0,00	68.367,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	9.625,64	1.049.849,12	0,00	1.048.695,08	10.779,68	0,00	10.720,33	0,00	10.545,33	175,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS	386,00	500.400,81	0,00	500.246,97	539,84	0,00	1.247,01	0,00	28,00	1.219,01
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB	881,11	36.283,37	0,00	36.283,37	881,11	0,00	20,00	0,00	0,00	20,00
FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL	0,00	85.760,85	0,00	85.760,85	0,00	0,00	22.006,87	0,00	22.006,87	0,00
FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL	0,00	85.760,85	0,00	85.760,85	0,00	0,00	22.006,87	0,00	22.006,87	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DESPORTO DE RIO DO SUL	23,52	248,20	0,00	248,20	23,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS	23,52	248,20	0,00	248,20	23,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DA CRIANCA E ADOLESCENTE DE RIO DO SUL	0,00	242,71	0,00	242,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	242,71	0,00	242,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL	0,00	43.448,28	0,00	43.448,28	0,00	0,00	7.190,18	0,00	3.875,89	3.314,29
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	43.448,28	0,00	43.448,28	0,00	0,00	7.190,18	0,00	3.875,89	3.314,29
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL	2.636,83	393.026,10	0,00	392.775,91	2.887,02	858,67	0,00	0,00	0,00	858,67
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2.636,83	393.026,10	0,00	392.775,91	2.887,02	858,67	0,00	0,00	0,00	858,67
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>40.343,41</b>	<b>2.724.516,14</b>	<b>0,00</b>	<b>2.722.914,07</b>	<b>41.945,48</b>	<b>858,67</b>	<b>60.344,50</b>	<b>0,00</b>	<b>52.954,28</b>	<b>8.248,89</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 16/11/2009

MILTON HOBUS  
PREFEITO MUNICIPAL

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC/SC 28.616/O-4 CONTADORA

# São Lourenço do Oeste

## Prefeitura Municipal

### Decreto N° 3.955

DECRETO N° 3.955, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009.  
ALTERA O DECRETO N° 3.644, DE 22 DE ABRIL DE 2008, DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, art. 55 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto na Lei Municipal n° 1.040, de 21 de outubro de 1996, alterada pela Lei n° 1.213, de 15 de dezembro de 1999, combinadas com a Lei Complementar n° 099, de 03 de fevereiro de 2009,

DECRETA:

Art.1° O artigo 1° do Decreto n° 3.644, de 22 de Abril de 2008, que “dispõe sobre a nomeação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1° .....

I - .....

d) .....

1. Titular: João Maria Barbosa de Camargo

II - .....

e) .....

1. Titular: Irma Carbonari

.....”(NR)

Art.2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 17 de novembro de 2009.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação 106/2009 Pregão 53

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DA PORTARIA 196/2009, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 02/12/2009, às 10:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital n° 106/2009 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL-REGISTRO DE PREÇOS N°53/2009 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA ESCOLAS MUNICIPAIS ATENDER ANO LETIVO DE 2010. CONFORME ANEXO I DO EDITAL. Informações (49) 33448588.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

### Edital de Concurso Público N° 001.1/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001.1/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES, Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município de São Lourenço do Oeste, Lei Complementar n.º 056 de 14 de outubro de 2005 com respectivas atualizações e demais Legislação pertinente a espécie, TORNA PÚBLICA a retificação do Edital de Concurso Público n° 001/2009, nos seguintes termos:

1 - O Anexo I do Edital de Concurso Público n° 001/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO I

.....  
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO NÍVEL DE 2°. GRAU

.....  
\*\* TÉCNICO EM TOPOGRAFIA/AGRIMENSURA

Questões relativas às atribuições da função: Compreende os empregos que se destinam a efetuar levantamentos de superfícies, determinando o perfil, localização, dimensões exatas e configuração de terrenos, campos e estradas, para fornecer dados necessários aos trabalhos de construção, de exploração e de elaboração de mapas. Conhecimentos em AutoCad. Cálculos de planilhas. Fiscalização de obras; Medição, aplicação de recursos, controle de materiais e estoques, análise de contratos para execução de obras. Projetos civis; Arquitetônico; Estruturais (em madeira, aço e concreto). Projetos de fundações: Planejamento Urbano e Regional; Planejamento de Engenharia de Infra-Estrutura, Projetos Dimensionamentos e execução de obras de Saneamento Básico; Alvenaria; Revestimento. Especificação de materiais e serviços. Orçamentos: Composição de custos e quantitativos de materiais. Elaboração de cronogramas físico-financeiros. construção e organização. Planejamento e elaboração de orçamentos públicos. ” (NR)

.....  
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO NÍVEL DE 3°. GRAU

IV – .....

\* TECNÓLOGO EM EDIFICAÇÕES

Noções básicas de eletricidade, hidráulica, carpintaria e marcenaria e reparos em alvenaria. Noções de conservação do sistema de prevenção de combate a incêndio. Noções gerais de primeiros socorros. Assuntos relacionados à sua área de atuação e ética no trabalho. Uso de EPIs. Prevenção de Acidentes. Organização do local de trabalho. Comportamento no local de trabalho. Noções sobre Segurança do trabalho. Estradas: Projeto geométrico, drenagem, obras especiais, pontes, arruamento e pavimentação; fundações superficiais e profundas; Princípios básicos de construção. Detalhamento, desenvolvimento e interpretação de projetos de arquitetura, estrutura, instalações elétricas, hidráulicas e de esgoto. Manutenção de via permanente. Projetos de edificação: instalações prediais; Planejamento e controle da obra; Canteiro de obras; Fiscalização de obras; Medição, aplicação de recursos, controle de materiais e estoques, análise de contratos para execução de obras. Projetos civis; Arquitetônico; Estruturais (em madeira, aço e concreto). Projetos de fundações: Tipos de fundações suas aplicações e execução das mesmas. Projetos e execução de instalações elétricas e Hidráulicas em canteiros de obras e edificações (inclusive noções de segurança). Planejamento Urbano e Regional; Planejamento de Engenharia de Infra-Estrutura, Projetos Dimensionamentos e execução de obras de Saneamento Básico; Alvenaria; Revestimento; Pinturas e pisos (tipos, aplicações e execução). Especificação de materiais e serviços. Orçamentos: Composição de custos e quantitativos de materiais. Elaboração de cronogramas físico-financeiros. Canteiros de obras; construção e organização. Execução de estruturas em concreto, madeira e aço (inclusive noções de impermeabilização de calhas e telhados). Execução de instalações de água, esgoto, eletricidade e telefone. Noções de tratamento de esgotos, construção de fossas sépticas, sumidouros e valas de infiltração (segundo normas da CPRH). Noções de projetos e execução de pavimentos graníticos (paralelepípedos). Vistorias e elaboração de laudos. Planejamento e elaboração de orçamentos públicos. Solo características físicas e mecânicas; estabilidade de taludes; drenagem. Noções de Estrutura, alvenaria e fundações. Topografia: métodos de levantamento; medida direta das distâncias; altimetria; avaliação de áreas. Desenho: instrumentos e sua utilização; escalas; codificação de obras; desenho de projeto; perspectiva; leitura



de planta. Máquinas e equipamentos: tecnologia das máquinas operatrizes; tecnologia dos instrumentos; ferramentas, equipamentos e veículos. Construção: tecnologia das construções; materiais de acabamento, instalações elétricas e hidráulicas, resistência dos materiais. AutoCAD 2000.”

Gabinete do Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste (SC), 17 de novembro de 2009.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

## São Pedro de Alcântara

### Prefeitura Municipal

#### Decreto N° 458/2009

DECRETO N.º 458/2009

ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO RUMI ANDO PARA O CARGO DE MÉDICA CLÍNICA GERAL DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, RUMI ANDO para o Cargo de Médica Clínica Geral do Programa de Saúde da Família - PSF, contrato de trabalho n°. 107/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de novembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

#### Decreto N° 459/2009

DECRETO N°459/2009

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 513/08.

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação abaixo:

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.6-2.014 – Func. e Manutenção da Cultura R\$ 739,00

ANULA:

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 465,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 274,00

SUPLEMENTA:

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 739,00

03 – SECRETARIA DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

03.01.4.122.3.2003 – Func. e Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças R\$ 2.500,00

ANULA:

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

SUPLEMENTA:

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 17 de novembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

#### Abertura de Licitação - Tomada de Preço N° 33/2009

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo n° 33/2009. MODALIDADE: Tomada de Preço. OBJETO: a aquisição de material e mão-de-obra para reforma e ampliação da Escola Básica Adalberto Tolentino de Carvalho, no bairro Santa Tereza neste Município, conforme especificações, plantas e memoriais descritivos que são partes integrantes do Edital.

TIPO: Menor Preço Global. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, da 13:00h às 19:00h , ou no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202.

São Pedro de Alcântara, 16/11/2009

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

#### Edital N° 34/2009

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo n° 34/2009. MODALIDADE: Pregão Presencial. OBJETO: Aquisição de 02 Caminhões para a Secretaria de Obras do Município, com especificações conforme Edital.

TIPO: Menor Preço Global. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, da 13:00h às 19:00h , ou no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202.

São Pedro de Alcântara, 16/11/2009

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

#### Edital N° 35/2009

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo n° 35/2009. MODALIDADE: Pregão Presencial. OBJETO: A aquisição de um VEÍCULO (Van) de 15 LUGARES mais o Motorista, de fabricação nacional, ano de fabricação 2009, modelo 2010, Direção Hidráulica, teto alto, trava de segurança da porta corrediça, motor à diesel com potência mínima de 125HP à 3600rpm, com tração traseira, e ar condicionado

TIPO: Menor Preço Global. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, da 13:00h às 19:00h , ou no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202.

São Pedro de Alcântara, 16/11/2009

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal





# Schroeder

## Prefeitura Municipal

### Portaria N° 3.233/2009

PORTARIA No 3.233/2009, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2009  
NOMEIA COMISSÃO DE INQUÉRITO ESPECIAL.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, nos termos do Processo Administrativo no003/2009, de 09 de novembro de 2009, os Senhores Giselle Tomaselli Obenaus, Lilian Tietz e Adriana Patrícia Welter de Marco, para sob a presidência do primeiro, sendo secretariado pela segunda, comporem a Comissão de Inquérito Especial, destinada a apurar os fatos narrados através do Ofício nº064/2009, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 08 (oito) dias, a contar da data de citação do requerente e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se.

Schroeder, 12 de novembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

### Portaria N° 3.234/2009

PORTARIA No 3.234/2009, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2009  
NOMEIA COMISSÃO DE INQUÉRITO ESPECIAL.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, nos termos do Processo Administrativo no004/2009, de 09 de novembro de 2009, os Senhores Giselle Tomaselli Obenaus, Lilian Tietz e Adriana Patrícia Welter de Marco, para sob a presidência do primeiro, sendo secretariado pela segunda, comporem a Comissão de Inquérito Especial, destinada a apurar os fatos narrados através do Ofício nº065/2009, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 08 (oito) dias, a contar da data de citação do requerente e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se.

Schroeder, 12 de novembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

### Portaria N° 3.235/2009

PORTARIA N°. 3.235/2009, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando que o Poder Executivo Municipal promoveu seleção de profissionais para suprir as vagas em caráter temporário;

Considerando que a última candidata aprovada e classificada no referido processo seletivo para ministrar a disciplina de Língua Estrangeira – Inglês, senhora Sincla Sídia Steinmacher Xavier, desistiu oficialmente de assumir a vaga;

Considerando a necessidade de contratação de professor para ministrar a disciplina até o término do ano letivo corrente, de modo a não haver nenhum tipo de prejuízo aos alunos da Rede Municipal de Ensino;

Considerando a publicação do Decreto nº. 2.031/2009, de 12/11/2009, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público;

#### RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Lourdes Erica Scheffler Tomaselli, para exercer o cargo de Professora D, percebendo o nível salarial nº. 007 – Magistério (Nível 159), com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme Lei nº. 1.690/08, de 28/10/2008, Decreto nº. 2.031/09, de 12/11/2009 e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de novembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

### Portaria N° 3.236/2009

PORTARIA N°. 3.236/2009, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009  
NOMEIA CONSULTOR MÉDICO JUNTO A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

#### RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Senhor Maxwell Jorge de Oliveira, Médico, inscrito no CPF sob o nº 585.565.080-49, portador da Carteira de Identidade nº 1024853631-SSP/RS e inscrito no Conselho



Regional de Medicina sob o n° 5.988 SC, como Consultor Médico junto a Vigilância Epidemiológica e Responsável pelos Laudos de AIH (Autorização para Internação Hospitalar).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei n° 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de novembro de 2009.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER  
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.  
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

#### **Portaria N° 3.237/2009**

PORTARIA N° 3.237/2009, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009  
NOMEIA PERITO MÉDICO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR o Senhor Rogério José Guindani, Médico, inscrito no CPF sob o n° 564.222.109-49, portador da Carteira de Identidade n° 10725575-4-SPC/RJ e inscrito no Conselho Regional de Medicina sob o n° 6.389 SC, como Perito Médico dos Funcionários Públicos do Município de Schroeder.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei n° 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de novembro de 2009.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER  
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.  
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

#### **Portaria N° 3.238/2009**

PORTARIA N° 3.238/2009, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009  
NOMEIA MÉDICO RESPONSÁVEL PELAS ATIVIDADES RELACIONADAS À VACINAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR o Senhor Rodrigo Ferreira de Souza, Médico, inscrito no CPF sob o n° 768.597.389-87, portador da Carteira de Identidade n° 2.750.575-SSP/SC e inscrito no Conselho Regional de Medicina sob o n° 8.015 SC, como Médico Responsável pelas

atividades relacionadas à vacinação infantil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei n° 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de novembro de 2009.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER  
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.  
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

#### **Portaria N° 3.239/2009**

PORTARIA N° 3.239/2009, de 16 de novembro de 2009  
NOMEIA RESPONSÁVEL PELAS ATIVIDADES MÉDICAS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR o Senhor Luís Aparício Ribas, Médico, inscrito no CPF sob o n° 279.297.360-91, portador da Carteira de Identidade n° 3.973.953-SSP/SC e inscrito no Conselho Regional de Medicina sob o n° 16.872 RS, como Responsável pelas atividades médicas nos Centros de Educação Infantil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei n° 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de novembro de 2009.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER  
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.  
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

#### **Portaria N° 3.240/2009**

PORTARIA N° 3.240/2009, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009  
NOMEIA RESPONSÁVEL PELAS PALESTRAS EDUCATIVAS NA ÁREA DA SAÚDE NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR o Senhor Agnaldo Pandini, Médico, inscrito no CPF sob o n° 019.752.399-46, portador da Carteira de Identidade n° 4090322481-SJS/RS e inscrito no Conselho Regional de Medicina sob o n° 18.327 PR, como Responsável pelas palestras educativas na área da saúde nas Escolas da Rede Pública Municipal de Schroeder.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de novembro de 2009.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER  
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.  
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

#### Portaria N°. 3.241/2009

PORTARIA N°. 3.241/2009, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009  
NOMEIA RESPONSÁVEL PELA EDUCAÇÃO EM SAÚDE BUCAL COM AS CRIANÇAS DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

#### RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Senhor Giancarlo Canei, Odontólogo, inscrito no CPF sob o nº 741.679.799-34, portador da Carteira de Identidade nº 302979537-SSP/RS e inscrito no Conselho Regional de Odontologia sob o nº 3.345 SC, como Responsável pela Educação em Saúde Bucal com as crianças das escolas da rede pública municipal de Schroeder e acompanhamento da Escovação Supervisionada Coletiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de novembro de 2009.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER  
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.  
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

#### Declaração de Dispensa de Licitação N° 20/2009-FMS DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura MUNICIPAL DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC torna público aos interessados que o Exmo. Senhor Prefeito Municipal, nos termos do art. 24, II, da Lei nº. 8.666/93, conforme consta no processo de Dispensa de Licitação nº. 20/2009-FMS, declarou a Dispensa de licitação, para a contratação da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança, nº. 2320, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000, sendo totalizado o valor R\$ 5.152,67 (Cinco mil cento e cinquenta e dois reais e sessenta e

sete centavos), conforme pedido em anexo ao processo, cujo objeto é o seguinte: Aquisição de material ambulatorial para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

A presente declaração encontra-se plenamente justificada conforme parecer da Assessoria Jurídica e os valores se apresentam compatíveis com o mercado, conforme anexo ao processo.

Schroeder (SC), 18 de Novembro de 2009.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

#### Aviso de Licitação Deserta e Repetição Pregão Presencial N°. 24/2009-FAS

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 24/2009-FAS – PROCESSO N°. 28/2009-FAS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes realizada em 18 de novembro de 2009, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09h45min e Abertura do processo: às 10h, tendo como objeto a aquisição e instalação de aparelho de ar condicionado para atender as necessidades o Centro de Múltiplo Uso da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), foi declarada DESERTA, uma vez que não acudiram interessados a presente licitação.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial nº. 24/2009-FAS, realiza-se-a em 03 de dezembro de 2009, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 08h às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 18 de Novembro de 2009.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

#### Extrato Do Contrato N°. 93/2009-FMS

EXTRATO DO CONTRATO N°. 93/2009-FMS  
Dispensa de Licitação nº. 19/2009-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.210.259/0001-80, estabelecida na Rua Republica Argentina, nº. 2077, Bairro Ponta Aguda, Cidade Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.050-101.

Objeto: O objeto do presente contrato é aquisição e instalação de suporte de polia e conjunto de fechamento da porta do carro Boxer, MET 0095, da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.



Valor do Contrato: R\$ 660,48 (Seiscentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos).

Data da Assinatura: 18/11/2009

Vigência: 31/12/2009

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**Videira**

**Prefeitura Municipal**

### Decreto N° 9.304/09

DECRETO N° 9.304/09 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL PARA SUPLEMENTAÇÃO DAS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei n° 2.082/08 de 10 de dezembro de 2008.

DECRETA

Art. 1° Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.089– Manutenção da Saúde no Município	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.0 – Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	100.000,00

Art. 2° A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta superávit financeiro do exercício de 2008.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de novembro de 2009.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

### Decreto N° 9.305/2009

DECRETO N° 9.305/09, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL PARA SUPLEMENTAÇÃO DAS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei n° 2.082/08, de 10 de dezembro de 2008,

DECRETA

Art. 1° Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 3.720,00 (Três mil, setecentos e vinte reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria de Administração	
06 – Segurança Pública	
2.022 – Convênio Polícia Civil	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0	3.720,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	3.720,00

Art. 2° A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2008.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de novembro de 2009.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

### Decreto N° 9.306/09

DECRETO N° 9.306/09 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL PARA SUPLEMENTAÇÃO DAS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei n° 2.231/09 de 04 de novembro de 2008.

DECRETA

Art. 1° Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.089– Manutenção da Saúde no Município	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	75.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	75.000,00

Art. 2° A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2009.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de novembro de 2009.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de novembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

### Decreto N° 9.307/09

DECRETO N° 9.307/09, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL PARA SUPLEMENTAÇÃO DAS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.





O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.082/08, de 10 de dezembro de 2008,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.080– Manutenção das Unidades Básicas de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0005.10 – Aplicações Diretas	25.000,00
<b>TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES</b>	<b>25.000,00</b>

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta excesso de arrecadação de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de novembro de 2009.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

#### PR 81/2009 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2009 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 81/2009-FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA QUE SERÃO UTILIZADOS PARA INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 02 de Dezembro de 2009, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 13:00 às 19:00. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9032/3566-9034-3566-9012.

Videira/SC, 17 de Novembro de 2009.

JORGE A. LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

#### Edital de Notificação Nº 023/2009

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO ED 023/2009

ALEXANDRE GANASINI, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 6º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

Nome Contribuinte	CPF – CNPJ	Processo Administrativo	Data Cancelamento
Alfredo Ribeiro Pontes	386.737.979-37	2442/2009	13/11/2009
Celso Antonio Baseggio	484.432.129-34	275/2009	13/11/2009
Celso Antonio Baseggio	484.432.129-34	4478/2007	13/11/2009
Chapeação e Mecânica C. Sul Ltda	03.148.155/0001-68	3845/2007	13/11/2009
Claudir Henrique Michelin	508.303.339-31	2704/2007	16/11/2009
Elio Carlím dos Santos	777.495.459-72	2017/2009	13/11/2009
Ervateira Reolon Ltda	00.080.247/0001-65	1292/2009	13/11/2009
Fátima Aparecida Pimentel da Motta	484.223.479-20	3975/2008	13/11/2009
Gregolon Esquadrias Metálicas Ltda	09.308.325/0001-00	3273/2009	13/11/2009
Ivanir Terezinha Motta Konig	848.902.319-00	1926/2009	13/11/2009
João Darci Moreira	195.808.359-34	4296/2008	13/11/2009
José Américo Thibes de Barros	219.780.699-87	3976/2008	13/11/2009
Juscelina Carmazio	796.087.449-20	3451/2009	13/11/2009
Luciano Garboça	055.160.519-00	4995/2005	13/11/2009
Luiz Balestrin	183.216.079-34	911/2009	13/11/2009
Maria Elenir Antunes	346.577.039-00	3534/2006	13/11/2009
Mecânica Bruna Ltda	05.749.409/0001-29	962/2009	13/11/2009
Nelson e Everaldo Prod. Artísticas Ltda	05.751.960/0001-07	2560/2009	13/11/2009
Tere Lavanderia Ltda	02.431.079/0001-30	664/2009	13/11/2009
Vilmar Gaio	296.599.069-00	1787/2009	13/11/2009
Wilson Rosa	511.597.599-87	4269/2009	13/11/2009

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 17 de novembro de 2009.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Finanças

#### Edital de Notificação Nº 024/2009

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO ED 024/2009

O Secretário de Finanças, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao previsto no artigo 100 da Lei Orgânica, no artigo 147, do Código Tributário Municipal (Lei 69/85) e na Instrução Normativa UCCI Nº 001/2009, considerando que os contribuintes não foram localizadas no endereço cadastral, e ainda o que consta nos Processos Administrativos 1849/2008 e 3337/2008, os quais se encontram à disposição dos contribuintes na Secretaria de Administração no Departamento de Patrimônio,

DECLARA,

Que, após a notificação formal realizada ao contribuinte, cumpridos os requisitos legais, e, vencidos os prazos para pagamento, notifica os abaixo relacionados da inscrição em Dívida Ativa dos valores não recolhidos na data do vencimento referentes Restituições de Multa de Trânsito:

RODRIGO ANTUNES

Rua Ernesto Fantin – 58 - SESI

CPF 892.146.849-87

Valor: R\$ 90,15

Processo Administrativo Nº 1849/2008



RODRIGO PEREIRA DA SILVA  
Rua Ernesto Fantin – 50 - SESI  
CPF 018.121.729-58  
Valor R\$ 743,74  
Processos Administrativos N°s 1849 e 3337/2008

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 17 de novembro de 2009.  
ALEXANDRE GANASINI  
Secretário de Finanças

## Associações

### FECAM

#### Edital de Convocação 008/2009

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 008/2009

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, Senhor RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições:

#### CONVOCA:

Os senhores prefeitos municipais membros dos conselhos Executivo, Fiscal e Deliberativo (presidentes de associações de municípios) e executivos das associações de municípios para ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA com a seguinte Ordem do Dia:

#### Data e Horário:

Dia: 30 de novembro de 2009 – 2ª feira  
Hora: 18 horas  
Local: Centro de Convenções de Florianópolis – CentroSul  
Av. Gustavo Richard, s/n . Baía Sul - Florianópolis/SC

#### Ordem do Dia:

- Apresentação e aprovação do orçamento e do Plano de Ação 2010
- Posicionamento em relação ao Projeto de Lei nº 0014.2/2009 – Municipalização do Ensino

Florianópolis, 18 de novembro de 2009.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Presidente da FECAM  
Prefeito de Palhoça

#### Edital de Convocação 009/2009

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 009/2009

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, Senhor RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições e visando atender ao disposto nos arts. 20, incisos I, II e III, e 21, inciso I, do Estatuto Social,

#### CONVOCA:

Os senhores prefeitos municipais membros do Conselho Fiscal para ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA com a seguinte Ordem do Dia:

#### Data e Horário:

Dia: 30 de novembro de 2009 – 2ª feira  
Hora: 18h15min  
Local: Centro de Convenções de Florianópolis – CentroSul  
(Av. Gustavo Richard, s/n . Baía Sul - Florianópolis/SC)

#### Ordem do Dia:

- Apreciação, verificação e deliberação sobre a Prestação de Contas da FECAM relativa ao terceiro trimestre de 2009, emitindo parecer.

Florianópolis, 17 de novembro de 2009.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Presidente da FECAM  
Prefeito de Palhoça

### AMOSC

#### Resolução N° 05/2009 - AMOSC

RESOLUÇÃO N° 05/2009

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 4ª CONFERÊNCIA REGIONAL DAS CIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDINEI SENHOR, Presidente da Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto Social,

#### R E S O L V E

Art 1º Constituir a Comissão Organizadora da 4ª Conferência Regional das Cidades dos municípios de abrangência das SDRs de Chapecó e Quilombo, com o objetivo de propor medidas e ações necessárias a realização da referida Conferência, composta dos seguintes membros:

#### I – AMOSC

Titular: Paulo Utzig  
Suplente: Erli Terezinha de Abreu

#### II – SDR de Chapecó

Titular: Adriana Trevisan  
Suplente: Jaqueline Pavan

#### III – SDR de Quilombo

Titular: Antonio Rossetto  
Suplente: Ademir Picolli

#### IV – Prefeitura Municipal de Chapecó

Titular: Janete Facco  
Suplente: Felipe Foresti

Art 2º Compete à Comissão Organizadora:

I – Elaborar o Regimento da 4ª Conferência Regional das Cidades, contendo os critérios de participação na Conferência Regional, eleição dos delegados municipais à Conferência Estadual, respeitadas as diretrizes e as definições dos regimentos estadual e nacional;

II – criar Grupos de Trabalho de mobilização que desenvolverá atividades de sensibilização e adesão das comunidades à 4ª Conferência Regional;

III – definir data, local e pauta da Conferência Regional, atuando na formulação, discussão e proposição de iniciativas referentes à organização da 4ª Conferência Regional das Cidades;

IV – formular texto base para as discussões da 4ª Conferência Regional, com base nos relatórios da 3ª Conferência Regional;

V – sistematizar os relatórios da 4ª Conferência Regional das Cidades.

Parágrafo Único: A Comissão Organizadora deve enviar as informações necessárias às Comissões Preparatória Estadual e Nacional, para validação e registro, num prazo de 10 dias após a publicação da convocação da referida Conferência.



Art 3º As atividades da Comissão Organizadora, instituída por esta Resolução, terão a duração até o mês de dezembro de 2009.

Chapecó, SC, 09 de novembro de 2009.  
CLAUDINEI SENHOR,  
Prefeito de Serra Alta,  
Presidente da AMOSC.

## Consórcios

### CIGA

#### Extrato de Contrato de Programa N° 33/09

CONTRATANTE: Município de Herval d'Oeste

CNPJ: 82.939.430/0001-38

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Herval d'Oeste e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Herval d'Oeste no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Herval d'Oeste, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 13 de novembro de 2009.  
EDINANDO BRUSTOLIN  
Diretor Executivo do CIGA

#### Extrato de Contrato de Rateio N° 33/09

CONTRATANTE: Município de Herval d'Oeste

CNPJ: 82.939.430/0001-38

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Herval d'Oeste e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 33/09.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem

ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2009.

Florianópolis, 13 de novembro de 2009.  
Edinando Brustolin  
Diretor Executivo do CIGA

### CITMAR

#### Errata ao Extrato de Edital de Concurso Público N° 01/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR – CITMAR

ERRATA AO EXTRATO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 01/2009:

ADEMAR FELISKY, Presidente do CITMAR, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 19 do Estatuto Social do CITMAR, bem como art. 1º, inciso II, do Anexo Único do mesmo Estatuto, e amparados na Lei Federal nº. 11.107/2005, e no Decreto Federal nº. 6.017/2007, faz saber aos que virem e a quem interessar possa, a presente Errata ao Extrato de Edital do Concurso Público nº. 01/2009 deste Consórcio:

Onde se lê:

“(…) que durante os dias 23 a 27 de dezembro de 2009, se encontram abertas as inscrições para o Concurso Público, destinado ao provimento na modalidade de empregos públicos existentes no Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR (…).”

Ler-se-á o seguinte:

“(…) que durante os dias 23 a 27 de novembro de 2009, se encontram abertas as inscrições para o Concurso Público, destinado ao provimento na modalidade de empregos públicos existentes no Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR (…).”

O Edital e outras informações estão à disposição dos interessados na sede do CITMAR, sito a Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº 1655, Bairro São Vicente, em Itajaí/SC ou no sítio eletrônico – [www.amfri.org.br](http://www.amfri.org.br) link CITMAR. Fone – (0xx47) – 3404-8000.

Itajaí, 18 de novembro de 2009.  
ADEMAR FELISKY  
Presidente do CITMAR